



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 51

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos
(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto nº 10, de 1968 (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 14, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-63, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-63, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046 de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 125-67 no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade aos 63 anos de idade.

DIA 18 DE ABRIL AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 106-67, no Senado Federal e nº 453-67, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação de bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 112-67, na Câmara dos Deputados — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 53-67, no Senado Federal e nº 1.438-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, pelo prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 8ª Região em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-63, no Senado Federal e nº 315-67, na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

CALENDÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-63 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, Promocão de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, beneficiados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL, AS 21,30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-63 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

ATA DA 41ª SESSÃO, EM 9 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 11 horas e 30 minutos, abrem-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Silva
Cesar Faria
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Lobão da Silveira
Dinarte Mariz
Manoel Villaga

Agostinho de Figueiredo

Carlos Lindenberg

Eurico Rezende

Jurandir Vianna

Gilberto Marinho

Nogueira da Gama

José Pellicano

Guido Mendonça

Mem de Sá

SR. 1º SECRETÁRIO (FALANDO):

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 18 Senhores Senadores, 14 número regular, deixando aberto a sessão, vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

SENADO FEDERAL

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

Mensagem nº 110, de 1968

(Nº 174-68 NA ORIGEM)

Excmo. Sr. Senador Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, Promocão de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, beneficiados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada. A Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, Promocão de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, beneficiados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada, foi sancionada pelo Sr. Presidente da República em 30 de agosto de 1965, e publicada no Diário Oficial da União em 31 de agosto de 1965, sob o nº 174-68. A Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, Promocão de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, beneficiados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada, foi sancionada pelo Sr. Presidente da República em 30 de agosto de 1965, e publicada no Diário Oficial da União em 31 de agosto de 1965, sob o nº 174-68.

avização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, por julgar-se constitucional, em face dos motivos que passo a expor.

O Projeto de Lei em comento teve sua origem em Mensagem do 4 de março de 1964, antes, portanto, do advento da Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965, que em seu artigo 7º altera a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, e dá outras providências. A Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, e dá outras providências, foi sancionada pelo Sr. Presidente da República em 2 de janeiro de 1950, e publicada no Diário Oficial da União em 3 de janeiro de 1950, sob o nº 1.046. A Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, e dá outras providências, foi sancionada pelo Sr. Presidente da República em 2 de janeiro de 1950, e publicada no Diário Oficial da União em 3 de janeiro de 1950, sob o nº 1.046.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

pondente ao crédito especial, que se pretende autorizar, teria ele que ser coberto com o aumento da despesa fixada para este exercício, vulnerando as disposições constitucionais supracitadas.

São estes os motivos que me levaram a negar sanção ao Projeto em causa, os quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 5 de abril de 1968. — A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCrs 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NCrs 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, já efetuadas e não incluídas no auxílio consignado no Orçamento para 1964.

Art. 2º A aplicação dos recursos de que trata o art. 1º será feita pela Fundação Brasil Central, a qual se obrigará a comprovar as despesas ao Tribunal de Contas da União, através do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de março de 1968. — *Gilberto Marinho*, Presidente do Senado Federal.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicações referentes ao pronunciamento do Congresso sobre vetos presidenciais

Nº 111-68, (nº de origem 175-58) — de 8 do corrente mês, com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 14-67 (C.N.), que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz — mantido o veto pelo Congresso;

Nº 112-68 (nº de origem 176-68) — de 8 do corrente mês, com referência ao veto ao Projeto de Lei nº 13-67 (C.N.), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências — veto mantido pelo Congresso;

Nº 113-68 (nº de origem 177-68) — de 8 do corrente mês, com referência ao veto ao Projeto nº 16-67 (C.N.), que autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências — veto mantido pelo Congresso.

OFÍCIO DO MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Encaminhamento de cópia de acórdão referente à inconstitucionalidade de Decreto-lei:

Nº 134, de 4 do corrente mês — com referência ao acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Petição de Habeas Corpus número 45.232, do Estado da Guanabara, declarando a inconstitucionalidade, em parte, do art. 48 do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — A Presidência recebeu resposta ao seguinte Requerimento de Informações:

Nº 6-68, de autoria do Senador Arthur Virgílio, encaminhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Aviso nº G.DAM/11.550, de 5.4.68.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Como decorrência de entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados sobre a comunicação de 3 do corrente do Senhor Senador Pessoa de Queiroz, fica extinta a Comissão de que era Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, Requerimento de licença que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 330, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do que dispõem o art. 38, § 1º, da Constituição e o art. 42 do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 125 (cento e vinte e cinco) dias, a partir de 5 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — João Abrahão.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Por falta de quorum, o requerimento lido deixa de ser votado nesta oportunidade.

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Senador Eurico Rezende.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 331, de 1968

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

O Senador signatário, nos termos do regimento, depois de atendidas as formalidades pertinentes, vem requerer a transcrição nos Anais da Casa do discurso pronunciado pelo Exmo. Senhor Presidente Costa e Silva, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, por ocasião das comemorações pelo transcurso do 60º aniversário de fundação da conceituada entidade.

Brasília, 9 de abril de 1968. — *Eurico Rezende*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Figura na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 332, de 1968

Nos termos do art. 212, ainda g, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro não se realizem sessões do Senado nem haja expediente na sua Secretaria, nos dias 10, 11 e 12, por se tratar de dias santificados, da mais alta significação para os sentimentos do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — *Eurico Rezende* — *Argemiro Figueiredo* — *Guido Nogueira* — *Adalberto Sena*

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(*Para declaração de voto*) — Desde que houve entendimento entre as lideranças da Câmara e do Senado sobre esse assunto, Sr. Presidente, eu não poderei votar a favor do requerimento.

Era minha declaração.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, requerimento de informações que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 333, de 1968

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente do Senado Federal:

Requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Poder Executivo, através dos Ministérios do Exército e dos Transportes, as informações abaixo:

a) Quando serão efetivamente atacadas as obras de construção do trecho rodoviário entre Abunã (Rorônia) e Rio Branco (Acre)?

b) Segundo as previsões do Governo, quando é esperada a conclusão dessas obras ou, pelo menos, a fase a partir da qual o trânsito possa ser ensejado em condições satisfatórias?

c) Após a conclusão referida, está praticamente prevista, sem solução de continuidade, o prosseguimento do plano rodoviário com vistas à ligação da Capital do Acre com a cidade de Cruzeiro do Sul?

Justificação

Formulo o presente requerimento pelo desejo de atender a indagações a mim feitas por pessoas e grupos sociais do Acre, vivamente interessados em tais facilidades de transportes indispensáveis para o progresso da região e para a integração, em unidade geo-econômica, dos dois vales constituintes daquele Estado.

Nesse particular, ninguém ali desconhece, nem subestima, os atuais esforços do Exército, mas as anteriores promessas do Governo justificam os receios e a insatisfação dos acreanos, ao se desvanecerem as suas expectativas de realizações a prazo menos longo. E tanto mais indagam e reclamam quanto estão a ouvir frequentemente notícias de inaugurações de trechos rodoviários noutros pontos do País, cujas condições lhes parecem muito menos dramáticas.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — *Adalberto Sena*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei

do País, a partir de 16 do corrente mês, no desempenho de missão do Senado Federal.

Atenciosas saudações. — *Aurélio Vianna*.

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, participar de reunião da União Interparlamentar. Atenciosas saudações. — *Eurico Rezende*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Não há mais expediente a ser lido.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Tem a palavra o Líder do Governo, Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(*Como Líder — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, apenas algumas palavras, ditadas pelo dever e pelo prazer.

Vive hoje a Imprensa um dia de marcante significação, traduzida no decurso de mais um aniversário do "Jornal do Brasil".

É uma trajetória cifrada em 77 anos de atividades incessantes, de aperfeiçoamento continuado, tanto na parte técnica quanto na parte de informação e da divulgação.

Para nós, principalmente, que compomos a representação popular, datas dessa natureza e desse conteúdo repercutem, em nosso espírito e em nossa consciência, como uma certeza e consoladora de que a imprensa e um dos instrumentos vigorosos, senão mesmo imprescindíveis das instituições representativas. Sempre que, no curso de nossa História, se golpearam as instituições democráticas, a imprensa foi a primeira vítima, pelo cerceamento das suas franquias e das suas prerrogativas. E toda vez que se atentou contra a liberdade de imprensa, o Congresso Nacional e toda a imensa geografia parlamentar do país se transformaram na torre de ressonância dos mais justos e veementes protestos.

O "Jornal do Brasil" tem sido uma jornada de afirmação democrática, tem sido uma trincheira inabalável, intransponível no cumprimento da tarefa de servir ao regime político e, também, com a sua pertinácia, energia e firmeza, as grandes obras do nosso desenvolvimento cultural e econômico.

Com essas palavras, Sr. Presidente, e destacando que na jornada cíclica e cívica do "Jornal do Brasil" atuaram a inteligência e o patriotismo de grandes vultos, dos maiores vultos do jornalismo brasileiro, como Rui Barbosa e o Conde Pereira Carneiro, desejo, em nome da bancada do Governo — e acredito que represento o pensamento unânime desta Casa — gravar nos Anais do Senado os nossos votos gratulatorios pelo auspicioso evento que hoje se comemora, que hoje se exalta e que hoje se celebra, de envolta com os ardentes votos para que aquele jornal, paladino da liberdade e do engrandecimento do Brasil, prossiga, sempre e sempre, em todas as ocasiões, em quaisquer circunstâncias, na prestação do melhor serviço público. Muito bem! Muito bem!

O SR. PRESIDENTE:

(*Gilberto Marinho*) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna, como Líder do MDB.

rio batulhando com o destemor que todos lhes reconhecemos na defesa das causas justas, principalmente a aquela liberdade rooseveltina do homem viver sem medo na face da terra. (Muito bem! Palmas.)

(Gilberto Marinho) — As palavras de exaltação ao "Jornal do Brasil" e ao "Jornal do Commercio" que tinham de ser proferidas pelos eminentes Srs. Senadores Eurico Rêzende, Aurélio Vianna, Manoel Villaza e Argemiro de Figueiredo trouzeram, como muito bem salientou o Sr. Senador Mem de Sá, o sentimento de todo o Senado.

A extraordinária influência de o "Jornal do Brasil" sobre os grandes setores da população e o seu papel decisivo na formação de uma opinião pública esclarecida evidenciam o quanto pode a imprensa livre de um país democrático. E serve de paradigma ao jornalismo posto realmente a serviço do povo.

O "Jornal do Brasil" teve o mérito de compreender, desde a sua fundação, a transformação que iríamos viver. Para nossa sociedade, para a nação soberana, teríamos de empreender decidida e acerrimamente o caminho que conduziu outros povos aos seus atuais padrões de prosperidade e bem-estar. Que nos cabe realizar em nosso solo a complementação econômica baseada num desenvolvimento pleno de recursos agrários e industriais. E devemos a familiar, também, os avanços da ciência e da técnica contemporâneas e alcançar o mesmo nível de vida de toda a nossa população, com a consequente expansão da produção nacional.

303 a égide desses princípios o "Jornal do Brasil" lutou e venceu. Ao ensejo do 77º aniversário do "Jornal do Brasil", saudamos as figuras ilustres da Condesa Pereira Carneiro, de Nascimento Brito, Bernardino Campos, Sette Câmara e Alberto Dines e a todos os seus valiosos colaboradores da direção, redação e oficinas, verdadeira elite formada por nomes destacados da vida intelectual do País e do mundo. São mais alto valor, que fazem daquele grande jornal uma das mais nobres tribunas do pensamento da Nação e um dos mais autênticos intérpretes dos anseios do povo brasileiro.

Per outro lado o *Diário* dirigido pelo eminente Senador da República e insigne jornalista, o Sr. Cassiano Pessoa de Queiroz, vem cumprindo, brilhantemente, os objetivos que inspiraram o seu aparecimento, tornando-se não apenas um grande servidor da causa da imprensa, mas nacional, mas também um pioneiro do jornalismo moderno, a cujo merito renovador muito deve a nossa imprensa.

O "Jornal do Comércio" sabe impor-se à opinião pública e conquistar-lhe a admiração e o devotamento, pela firmeza e elevação com que se tem dedicado à defesa dos reais e superiores interesses da nossa pátria e do nosso genio.

Tendo a seu serviço nos postos de direção da redação, de administração e na officina, vultos de alto nome, auctores por nomes destacados de vida intellectual do país, e proficuosos em suas atividades, o "Jornal do Comércio" continua a sua marcha victoriosa, ampliando cada vez mais sua penetração nas camadas populares do Brasil.

Com essas palavras, a Mesa do Senado se encerra em nome do Brasil Planário, de regozijo pelo aniversário desse continente latino-americano e das aspirações do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE:
(Gilberto Merinho) — Há ora-
ções inscritas.
Tem a palavra o nobre Senador
Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:
(Não foi revisto pelo orador) —
Sr. Presidente, serel breve.

Todo o País se encontra perplexo diante do ato praticado pelo Sr. Ministro da Justiça, que, através de portaria, fere a nosso ver princípios que a Constituição do Brasil estabelece. E, por isso, não podemos, Sr. Presidente, deixar de nos pronunciarmos, de dar nossa opinião sobre advertências atribuídas ao Deputado Federal Clóvis Stenzel, que, segundo jornais de responsabilidade, é porta-voz de militares políticos.

Qual é a advertência do Sr. Deputado Clóvis Stenzel, da ARENA do Rio Grande do Sul? A quem dirige sua fala? Qual o objetivo das suas palavras ameaçadoras? Adverte dos perigos que atravessa a Nação brasileira e que poderão culminar com a destruição do próprio sistema.

A democracia, para S. Ex.^a, segundo estampa o "Correio da Manhã", de hoje, correrá o risco de cair, embora o Governo não deseje tal coisa, se o MDB encampar a pregação da Frente Ampla.

Não aceitamos advertências, principalmente de quem não tem autoridade para tanto!

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — O MDB tem a sua linha de independência programática que o País inteiro reconhece. A Frente Ampla tem uma linha de ação, dela própria, peculiar daquele movimento. Se não a hostilizamos, porém, não éramos hostilizados, mas havia independência completa de ação, tanto que a Frente Ampla não absorveu o MDB nem o MDB, partido político reconhecido por lei, registrado na Justiça Eleitoral, também, jamais absorverá a Frente Ampla.

Com grande prazer, dou o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Ex.^a, que não li, ainda, e, por via de consequência, obviamente, não interpretei as declarações do Sr. Deputado Clóvis Stenzel. Devo dizer que não acredito que o MDB vá operar em termos de bômba para a "Frente Ampla", não instalar o acampamento da subversão. Não acredito! A liderança do MDB tem-se comportado à altura do equilíbrio político que deve presidir as ações dos nossos homens públicos. Mas devo dizer que o Sr. Deputado Clóvis Stenzel tem autoridade para debater o assunto, como tem qualquer representante do povo. S. Ex.^a, que é um jovem de grandes virtudes cívicas, e enobrecido por uma cultura apurada e enaltecida, por um espírito público que ninguém lhe nega, tem a prerrogativa de participar do debate de todas as questões políticas. Qualquer representante do povo ou, melhor, qualquer cidadão, pode manifestar o seu ponto de vista e, no dorso dessa manifestação, expender as suas apreensões em favor do regime democrático.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não lhe negamos o direito de debater. Não lhe negamos o direito de se pronunciar. O que lhe negamos é o direito de nos advertir, de nos ameaçar, como tivesse autoridade — e será que tem? — de aniquilar o MDB, de destruir o Movimento Democrático Brasileiro, de levá-lo ao silêncio, ao silêncio dos sepulcros, ao silêncio dos túmulos.

Nós não dissemos uma palavra, uma sequer, de restrições ao direito de o Deputado Clóvis Stenzel pronunciar-se neste País sobre qualquer assunto do seu interesse, particular ou público, mas não aceitamos provocações.

Não estamos negando o nosso passado e as nossas atitudes políticas e públicas, em face do movimento da Frente Ampla.

A nossa atitude de hoje foi a nossa atitude de ontem. Somos coerentes. O MDB jamais se filiou à Frente Ampla, e esta ao MDB. Nem a Frente Ampla era instrumento e agente do MDB, nem o Partido oposicionista foi da Frente Ampla.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Todo o País conhece esse fato. Agora, o que não podemos é traír os princípios que estão no nosso programa; o que não podemos é traír aqueles direitos que esta Constituição, que não subscrevemos, garante ao homem e ao cidadão brasileiro — o direito de reunião pacífica, o direito de ir e vir, o direito de o homem e os grupos humanos proclamarem suas idéias, transmitindo-as ao povo brasileiro.

Isto é diferente! Quando temos afirmado que somos contra a anarquia e a subversão, a afirmativa não vem agora. Nasceu com o próprio Partido, com o próprio Movimento Democrático Brasileiro.

Com grande prazer, Senador Argemiro de Figueiredo!

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Aurélio Vianna, estamos ouvindo com a devida atenção e respeito o discurso que V. Ex.^a pronuncia nesta tarde. V. Ex.^a está bem certo de que suas palavras não representam um pensamento pessoal, mas, na verdade, interpretam bem o sentimento, o pensamento do nosso Partido. As palavras de V. Ex.^a, são as palavras do MDB. Disse bem o nobre Colega ao declarar, com ênfase, que os homens do MDB não aceitam nem admitem ameaças. Se a intenção desse Deputado (a quem não tenho a honra de conhecer) foi modificar a ação do MDB, transmitindo ameaças ou fazendo, pela imprensa, ameaças em nome de seu Partido ou em nome do Governo, enganase S. Ex.^a. A nossa atitude, tem sido de moderação, de defesa de nossos princípios, defesa da democracia, defesa dos direitos individuais, assegurados pela própria Constituição revolucionária. Neste caminho nunca hesitamos em marchar; temos palmilhado esta estrada e continuaremos a palmilhá-la sem temor de ameaças. Muita gente pode confundir a nossa moderação com timidez. Aqui há homens vividos, homens habituados a todas as lutas e crises políticas da vida social do Brasil; homens que não sabem recuar, que meditam antes de tomar atitudes; meditam para agir com segurança, com serenidade, com energia, com acerto. Mas, tomada a atitude, nem esse Deputado, nem o seu respeitável Partido, nem o próprio Governo, com todas as suas forças, enquanto esta Casa estiver aberta, nos fará recuar daquilo que constitui a ideologia, o programa de nosso Partido. É um programa reconhecido pela lei, pautado na lei, um programa clarividente, em que estão focalizados todos os problemas sociais, econômicos e financeiros do País, um programa apoiado pelo Poder Judiciário, reconhecido pelo Tribunal Eleitoral e devidamente registrado. De modo que, deste programa, que está sob a égide da própria Constituição revolucionária, não nos afastaremos, quaisquer que sejam as ameaças, e venham de onde elas vierem. Não, Senhor. A moderação do nosso partido, que é a moderação do Senado, a moderação da própria ARENA, não significa, para nenhum de nós que compomos ambos os Partidos, covardia, temor, recuo diante daquilo que achamos justo, certo, patriótico e legal. A outra parte do discurso importantíssimo que V. Ex.^a pronuncia neste instante é a que se refere ao MDB e as suas relações com a ARENA. Se é certo que V. Ex.^a declarou, de começo, que não aceitávamos restrições a nossa liberdade, nem aceitávamos ameaças, é certo também que não admitimos confusões. Sabe o País que a Frente Ampla é uma organização que tem os seus responsáveis conhecidos, ostensivos em todo o País. Sabe a Nação inteira e sabe o Senado que o MDB é um partido organizado, como disse, dentro da lei e, com este pensamento

de ordem e de revitalização da De-

mocracia em todo o País. Quando V. Ex.^a salienta que os dois partidos não têm um objetivo comum, não significam a mesma organização, V. Ex.^a o faz com segurança e com acerto. Na verdade, o MDB é um partido legalmente reconhecido, tem as suas responsabilidades, o seu programa de ação e a Frente Ampla, data venia, é uma organização de caráter diferente, não é propriamente um partido político, mas tem uma ação de arregimentação popular, sob a responsabilidade de figuras notáveis deste País. Não há confusão entre as duas organizações. Não somos responsáveis pela organização nem invocamos a responsabilidade de homens da Frente Ampla para servir de arrimo a atos porventura praticados pelo nosso partido ou por qualquer e seus componentes. Do mesmo modo, nenhuma responsabilidade temos por atos praticados pela Frente Ampla. Qualquer que sejam, não poderemos ser responsáveis, direta ou indiretamente, por aquilo que for praticado no âmbito dessa organização social e política do País. Somos forças inteiramente diferentes. A portaria a que os jornais têm feito referências pode ser, por nós ou por nossos companheiros, analisada sob o aspecto legal e no das garantias e dos direitos individuais. Sob o aspecto constitucional de garantia de liberdade de reunião pode ser analisada em tese, mas nunca como quem defende atos praticados pelo nosso Partido ou por qualquer dos nossos companheiros. Não, nós nada temos com a Frente Ampla e nem poderemos ser responsabilizados por qualquer ato praticado por essa organização ou por seus componentes. Essa declaração nós a fazemos para separar o joio do trigo. Não é com timidez que falamos. Não é para nos isentarmos de responsabilidade perante a opinião nacional que fazemos essa declaração, porquanto, mesmo com relação à Frente Ampla, não podemos culinar-se a lei foi executada como o interpreta a imprensa do País. Não podemos culinar e teremos que protestar, neste caso, contra a violação das garantias e dos direitos individuais, se a repressão vier contra a lei e contra a Constituição. Assim, V. Ex.^a nas suas palavras, queira, por obséquio, salientar que não é em seu nome pessoal que está produzindo a sua brilhante oração. É em nome do partido que V. Ex.^a lidera com tanto brilho, tanta elegância, tanto espírito público e tanta lealdade parlamentar e política.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, nobres Senadores, quando protestamos contra o ato do Sr. Ministro da Justiça, fazemo-lo conscientemente, na certeza de que estamos defendendo, no protesto feito, princípios da mais legítima cêpa democrática. É saliente-se que, no próprio seio da agremiação situacionista, vozes se vêm levantando, fazendo reparos profundos àquela atitude, àquele ato, não propriamente porque procreveu da vida pública uma entidade que vinha atuando sob a complacência, com a permissão das autoridades governantes do País.

Sr. Presidente, se o objetivo do deputado gaúcho é nos levar à negação dos princípios que estabelecemos no nosso programa, equivoque-se S. Ex.^a. Não nos afastaremos daqueles princípios.

Justiça o MDB faz aos principais líderes da Frente Ampla: nem o Senhor Carlos Lacerda, nem o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nem o Sr. João Goulart jamais se pronunciaram em nome do Movimento Democrático Brasileiro, como também jamais exploramos os seus nomes, jamais exploramos o seu prestígio político para nos engrandecermos, para nos elevarmos, para nos estendermos, para fazermos proselitismo no País. Embora não nos confundissemos, cada qual se respeitava. Era este o ponto de vista, era esta a nossa posição e

também era esta a mesma posição tomada pelo movimento que acaba de ser fechado pela portaria do Sr. Ministro da Justiça.

Não é a primeira provocação que nos fazem. Outras surgirão. Ou para nos apresentarem como um partido acovardado, diante do ato praticado pelo Sr. Ministro da Justiça, ou então, para que, provocados, nos apresentássemos como Dom Quixotes, atacando e vibrando cuteladas no vento. Não nos desequilibraremos. Os companheiros do MDB que pertenciam à Frente Ampla têm hoje a acolhida que sempre tiveram.

O Sr. Dinart Mariz — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Dinart Mariz — Tenho a impressão de que V. Ex.^a está fazendo uma análise, embora moderada, um pouco distanciada do que reputo realmente o intuito do Governo, quando o seu Ministro da Justiça baixou a portaria a que V. Ex.^a está aludindo. O objetivo de S. Ex.^a foi colocar dentro da lei os acontecimentos que estavam ameaçando a ordem pública no Brasil. Se fizermos uma análise fria, correta — sou insuspeito para falar porque fiz certas objeções à política do Governo passado — se fizermos essa análise, encontraremos duas figuras que futuramente serão destacadas pela maneira com que lutaram — um lutou muito e o outro está lutando agora — para manter a democracia neste País. O Governo do Marechal Castello Branco e o atual não têm feito outra coisa senão manter o regime democrático dentro do Brasil. Quando o Ministro da Justiça toma medidas acauteladoras, o faz com essa mesma finalidade. Porque V. Ex.^a sabe que um País sem ordem, intranquilo, sem estabilidade é um País que não serve à nacionalidade. A responsabilidade é exatamente do Governo, e foi este o pensamento do Sr. Ministro ao tomar medidas de precaução que pudessem evitar que nosso País viesse até para a luta armada, desencadeando-se mesmo uma guerra civil entre nós. E é o de que estamos ameaçados, a meu ver. Pois bem, nobre Senador, esse, a meu ver, foi o pensamento do Governo. Em segundo lugar: V. Ex.^a se referiu ao Deputado gaúcho Clóvis Stenzel. Tenho a impressão de que ele não teve outro intuito na sua declaração, senão o de convocar o M.D.B. para a análise dos acontecimentos e para, também, como tenho feito desta tribuna, convocar todos os brasileiros com responsabilidade política, nesta hora, para analisar, arredando a paixão política e, em muitas ocasiões, até, digamos, um pouco de sentimento pessoal, porque muitos estão feridos com o Movimento Revolucionário. O que ele fez, na minha opinião, foi colocar, realmente, a agremiação política a que V. Ex.^a pertence para, junto com a ARENA, poder assegurar ao País ambiente de tranquilidade, de ordem, porque só com isso poderemos alcançar a sobrevivência do regime democrático em nosso País. Este, o meu pensamento; este, o pensamento do Deputado gaúcho; este, tenho a impressão de que é o pensamento do meu Partido; este é o pensamento do homem que nos lidera politicamente, que é o Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Como o nobre Senador, estou analisando as palavras atribuídas ao Deputado Clóvis Stenzel. E são as palavras que revelam o pensamento dos homens.

As palavras do Deputado Clóvis Stenzel não revelam outro pensamento senão aquele que aqui se encontra traduzido no "Correio da Manhã": ameaça o "MDB"; tenta trair rumos para o partido a que S. Ex.^a não pertence, e arroga-se no direito de opinar sobre os destinos do sistema político que yige no País, di-

zendo do que acontecerá se o "MDB" não tomar a conduta que S. Ex.^a, na advertência, aconselha. Como se fossemos menores, orfãos, que precisássemos de mentores!

Quando V. Ex.^a declarou que estamos ameaçados de uma guerra civil, quase que eu vejo nas palavras de V. Ex.^a uma contradição às declarações do Chefe do Governo, de que não há necessidade de medidas de exceção.

O Sr. Dinarte Mariz — Até hoje não foi necessário.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para que a ordem se mantenha no País. Mas eu me lembro muito do pronunciamento do Deputado Clóvis Stenkel, porque, nesse mesmo jornal, na mesma página, há declarações atribuídas ao Deputado José Carlos Góes, do seu Partido, da ARENA, quando S. Ex.^a garante que o programa da Frente Ampla, no Recife, no próximo dia 22, será cumprido normalmente. No entanto, esse Deputado, o gaúcho, não adverte aquele outro, o de Pernambuco.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Ex.^a está equivocado. Ele adverte todos os que estão identificados com o sistema da Frente Ampla, que nós classificamos de subversivo.

O Sr. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, estou, agora, me referindo às palavras, ao pronunciamento do ilustre Deputado Clóvis Stenkel, e procurando não marcar a nossa posição, mas reafirmar a nossa luta, pela instauração de um sistema democrático de governo amplo e autêntico, continua.

O Sr. Eurico Rezende — É o que está aí, Excelência.

O Sr. AURELIO VIANNA — Continua a nossa luta por que outros partidos políticos surjam. Só quando houver possibilidade da criação de muitos partidos poderemos falar em democracia ampla, pois toda a Nação reconhece que, se existem dois partidos políticos neste País, esses dois partidos foram criados artificialmente e esses partidos não podem agir no seu seio aquela coletividade que foi banida da vida pública do Brasil e que vive dentro do Brasil sem ter os seus direitos políticos garantidos e esta banida.

O Sr. Dinarte Mariz — Permita-me V. Ex.^a fazer o nobre Colega referência — como há pouco — à Constituição, à Lei Eleitoral. Então, entendendo V. Ex.^a seja agora...

O Sr. AURELIO VIANNA — Deixa ser transformada.

O Sr. Dinarte Mariz — ... deve ser transformada...

O Sr. AURELIO VIANNA — E para ser transformada é preciso que a Constituição seja alterada, seja reformada seja modificada.

O Sr. Dinarte Mariz — Espero que quando V. Ex.^a tiver realmente conseguido para o seu Partido a maioria do povo brasileiro, V. Ex.^a então reforme a Constituição e o sistema vigente. No regime democrático, o partido majoritário é que encaminha ao povo as soluções que em nome do povo ele toma. É o caso; estamos legislando, em nome da maioria do povo brasileiro. E quando V. Ex.^a atingir essa maioria através das urnas, então, V. Ex.^a poderá realmente, fazer ao País um regime diferente do que foi criado por uma Revolução que contou com o apoio da maioria do povo brasileiro.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... quando eu e V. Ex.^a que não o estamos aprendendo? Quem foi que disse a V. Ex.^a que estamos pretendendo fazer por nós a vontade do Governo, Sr. V. Ex.^a da ARENA não é um partido forte quando mais não do que Opulência.

O Sr. Dinarte Mariz — Nos tempos liderados pelo Governo!

O Sr. AURELIO VIANNA — Não sabemos disso, perfeitamente. Sabemos, perfeitamente, que não existe aquela completa independência. E eu não há grandeza?

me congratulo com V. Ex.^a por reconhecer-lo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento do Orador) — V. Ex.^a faz grave injustiça, perfeitamente elidida, quando diz que não temos capacidade para impor, ao Poder Executivo, a nossa vontade!

O Sr. AURELIO VIANNA — Ora, não tem mesmo!

O Sr. Eurico Rezende — Não se trata de impor a nossa vontade.

O Sr. AURELIO VIANNA — Respondi ao aparte.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a que defende o regime democrático, deveria ficar de fora do debate a palavra "imposição".

O Sr. AURELIO VIANNA — Logo a mim vem V. Ex.^a dizer isto?

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a me concedeu o aparte e há de me permitir, neste debate, a liberdade, compreensiva, V. Ex.^a, quando faz esta afirmativa, de que não, o faz, apenas usando a palavra "imposição" e eu vou responder a V. Ex.^a com o seguinte fato: Em pleno processo de elaboração da Constituição, o atual Presidente Castelo Branco trouxe para o Congresso Nacional um Projeto de Constituição, realmente autocrático; quem o alterou, colocando em termos inconstitucionais, foi a ARENA. Para V. Ex.^a um confronto entre a proposta governamental da Constituição e o resultado apurado no Congresso Nacional e V. Ex.^a não perseverará nesta injustiça a ARENA. Foi a vontade da ARENA, foi o debate da ARENA, foi a inspiração da ARENA e o voto majoritário da ARENA que transformaram um projeto de Constituição em Constituição.

Verdadeiramente democrática. Este é um fato concreto. Então respondendo a V. Ex.^a com um documento nacional que passa a brigar violentamente com as palavras de V. Ex.^a, quando sustenta que o Executivo impõe a sua vontade à maioria parlamentar.

O Sr. AURELIO VIANNA — Apenas V. Ex.^a, por vias oblíquas, responde ao aparte do Senador Dinarte Mariz. V. Ex.^a está chamando à colação — com a permissão de V. Ex.^a o seu nobre colega.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a está querendo fazer alguma declaração, mas não, aqui, estamos votando, inclusive, contra a colação.

O Sr. AURELIO VIANNA — Não, eu não modifico o meu pensamento.

V. Ex.^a, nem ninguém, nesta sala, contra o voto do Congresso Nacional me pode acusar de ter alterado meu pensamento ou modificado minhas palavras, quando das poucas vezes em que uso do direito de fazer a revisão dos meus discursos. Nunca, jamais; Eu mesmo reconheci, nesta tribuna, o papel decisivo do nobre Senador Daniel Krüger, no enfrentamento aquelas forças que V. Ex.^a se refere, (e queriam impor ao País uma Constituição discriminatória. Creio que as palavras são estas mesmas, estão no aparte de V. Ex.^a).

O Sr. Eurico Rezende — De fato.

O Sr. AURELIO VIANNA — Naquela ocasião, levantou-se o velho companheiro de Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, como liberal democrático que sempre o foi, para, em conjunto com o MDB, através da sua liderança, conseguir a modificação do Capítulo das Direções e Garantias Individuais. E eu, mais do que ninguém, sei da sua luta, da sua luta, para fazer prevalecer, perante o poder revolucionário, o princípio da liberdade de expressão, o princípio que, em nome do Congresso Nacional, foi, então, aprovado.

Realmente naquele instante, não se pode mais não há grandeza quando o partido de V. Ex.^a, adverte, no exemplo, o voto vinculado. Ali não há grandeza.

O Sr. Eurico Rezende — Por que não há grandeza?

O Sr. AURELIO VIANNA — Porque fugiu da responsabilidade de rescaldação de partidos políticos. V. Ex.^a sabe que, se os jornais que eu li contam a verdade sobre o saqueio dos próprios Presidentes da ARENA, se vem opondo ao voto vinculado e, não acredito que, desta vez, seja diferente.

O Sr. Eurico Rezende — Vem-se opondo à vinculação total. S. Ex.^a, o Senador Daniel Krüger, é favorável à vinculação parcial, em termos de candidato a deputado estadual e deputado federal. Contra a vinculação total eu me insurto e acredito que o Senado todo se insurta também.

O Sr. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, nobres Senadores, em síntese: não saímos da luta que nos próprios traçamos, nos do MDB. Para o estabelecimento da ordem democrática, sempre cantou e canta a ARENA conosco.

Nunca negamos apoio a quem quer que fosse que estivesse capacitado para uma luta de libertação do populismo, defendendo a ideia de que a agitação, que se processa no País, que tem um caráter social, político e econômico, incluindo as reivindicações dos universitários e dos trabalhadores, dos estudantes em geral, é fruto da marginalização de um grupo imenso de brasileiros do processo político, do processo democrático, daqueles que milhares de brasileiros plebeus e voto do povo, através dos partidos existentes, nos quais estavam vinculados, e hoje, um grupo insignificante pode disputar eleições neste País. E para se candidatar, ainda há de perder de pequenos grupos que têm o poder de comando nas duas administrações em cada Estado e em cada Município.

A marginalização, o afastamento violento da vida pública do Brasil de milhares e milhares de jovens de homens de meia idade, do povo em geral, causa essa revolta e é por isso que não o Partido de V. Ex.^a tem o apoio do povo, nem o nosso. Há reivindicações.

Quando nessa luta estudantil, de Norte a Sul, muitos moços se manifestaram contra os dois Partidos, o meu protesto não era propriamente contra a existência deles, mas porque os dois foram participantes, os dois tiveram forças, não quiseram, ou se quis, o outro não, que se propulsasse ao País a oportunidade da criação de diversos partidos que pudessem acolher a nossa juventude.

O Sr. Dinarte Mariz — Tenha a impressão de que V. Ex.^a está laborando em equívoco. Os estudantes se convenceram do que — e disto estou certo — vêm sendo explorados pelos políticos; toda vez que surge uma reivindicação dos estudantes, os políticos aparecem para tirar partido do esforço da luta dos estudantes. Então, eles chegaram à conclusão de que os homens públicos do País, — se no Congresso ou noutros setores pouco tem feito pela classe estudantil, toda vez que os estudantes vêm à rua ou se reúnem para conseguir o que chamam suas reivindicações, aparecem os políticos e querem ser os donos da opinião dos estudantes, então, eles notaram que os políticos querem e exploram. Daí a meu ver, o afastamento dos estudantes. Eles se uniram, de certa maneira, explorados pelos políticos, e daí não tiveram a opinião dos políticos que têm conhecido para aumentar a participação no meio estudantil.

O Sr. AURELIO VIANNA — Se V. Ex.^a tem uma questão pessoal, então, se os políticos não conseguem, através de uma Constituição que eles elaboraram e votaram que os estudantes participem da vida política do País, quando o voto do povo, é mesmo que os estudantes se decepcionam.

Estão decepcionados, porque sabem que os políticos, que tiveram o poder de elaborar e votar aquela Constituição, criaram empecilhos tais e tantos à criação de novos partidos, de muitos partidos políticos neste País, que eles foram abandonados às feras.

O Sr. Dinarte Mariz — Perdoe-me V. Ex.^a. Mas é uma exploração que os 124 aos estudantes, querendo, incompatibilidades e chama-los a combater a Constituição.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... os estudantes se iriam por causa da exploração que os políticos fazem, quando aqueles que eles sabem muito bem, que não apenas os alunos...

O Sr. Dinarte Mariz — ... mas que a maioria dos estudantes não tem nos, a maioria do Congresso.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para a maioria política, no sentido municipal ou estadual. Daí a sua retórica; mas quem são os políticos dessa maioria?

O Sr. Dinarte Mariz — V. Ex.^a, esta comissão de estudantes, a luta contra a Constituição, a luta de ser uma forma de exploração.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... temos de aceitar, V. Ex.^a, quando estavam na U. D. N., a maioria política para reforma da Constituição naquele tempo e apresentaram, mais tarde, propostas reformistas. Então, uma comissão e um movimento. Em todos os países do mundo, em todos eles, os partidos pugnam para que as Constituições, quando se tornam em corpos estranhos, sejam dinâmicas, porque na criação da Constituição, há desequilíbrios que produzem as mudanças. Então, assim e que foi proposta e uma nova Constituição: Suo antecessor a anterior; a de si desapareceu e em seu lugar veio a de si, que não chegou a ser votada, mas chegou, o povo a votar, a de si, a de si, e a Constituição de si já foi substituída. O velho e sempre substituído pelo novo — isso é a natureza.

Sr. Presidente, termino o meu discurso a nossa posição e defendendo que aquela discussão feita na "AB" pelo Sr. Presidente da República, Alacemal, Arthur da Costa e Silva, seja de mais ajuda para os seus alunos e que S. Ex.^a transforme aquelas palavras em fatos, em atos. Tenho certeza de que, para essa transformação, terá o apoio de todos aqueles que amam e vêm lutando pela democracia neste País. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE:

(Cada Alçada) — Tem a palavra o Sr. Senador Oscar Passos.

O Sr. OSCAR PASSOS:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente: Recebi, na semana passada, cópia da denúncia apresentada à Assembleia Legislativa acreana contra o Governador Jorge Kalume, por crime de responsabilidade.

São 11 itens que alinham irregularidades de todo tipo, tais como:

— descalabro recente na Companhia Agrícola do Acre — CIA — ARE — da qual o Governo estadual é o maior acionista. Segundo a denúncia, existe um desembolso de mais de 200 mil cruzeiros novos, sem que o Governo tenha providência alguma, a fim de emissão de cheque para fundos em grande número, alguns pagos pelo próprio Governo, com rubricas que devem ter outro destino;

— inúmeros adiantamentos ilegais, de muitos milhares de milhares de cruzeiros novos, a que os funcionários públicos recebem e que são pagos em dinheiro, de 30 a 40 por cento do preço de taxa, e quando a taxa do Estado é pago a 100 por cento, a primeira do Sr. Governador;

— contrato ilegal com uma firma de planejamento, que recebeu pagamentos de 4 mil cruzeiros novos e posteriormente outras parcelas, sem que tenha prestado nenhum serviço;

dispensa da cobrança de multas impostas devidos por uma firma, fictícia, além disso, com alguns autenticamente;

autorização para invasão de uma cidade privada, o Seringal Linha A, pelo Secretário de Justiça e Segurança, para distribuir os lotes e explorar o trabalho dos presos na colônia penal de Rio Branco, sob responsabilidade do Secretário de Segurança, sem que a renda espontânea tenha sido recolhida e utilizada;

apropriação indebita de borracha incense ao Banco da Amazônia, no município de Xapuri e tentativa de o gerente local daquele Banco, sediu a apreensão judicial da mercadoria.

denúncia, Sr. Presidente, tem uma característica da mais alta significação foi apresentada pelo Deputado Abud, integrante da ARENA, homem da mais alta linha partidária naquele Estado, pois foi do Governo revolucionário na Assembleia, durante o ano de 1963 e identida da mesma Casa Legislativa em 1967, eleito pela maioria absoluta.

no ano passado, creio que em 10 de junho, o Deputado Eloy Abud tentou-se com o Governador e pediu denúncia-lo para obter a sua destituição.

ocorrendo amparo na bancada estadual do M. D. B., respondemos-lhe não apoiarmos manobra política, mas que se houvesse provas de honestidade do governador, dados o nosso voto para punir a corrupção.

provas não foram apresentadas, fendas abertas no dispositivo da Lei do Acre foram obturadas pela pessoa do nobre Senador José Guimard, que pessoalmente harmonizou seus liderados.

harmonia, entretanto, não poderia servir à ambição de mando de alguns, que se desentenderam, agora, de uma mais extremada, por causa da ação do presidente da Assembleia, a 1968.

urliado nas suas pretensões, pela nobre eficiente do Governador, após o seu Secretário de Justiça e Segurança, o candidato derrotado, Deputado Eloy Abud, resolveu desenterrar a documentação que possuía apresentando a denúncia a que estou referindo.

trata-se, em verdade, de uma briga de família. Os fatos são conhecidos muito, por todos os personagens da mídia atual, que estavam, entretanto, presos a interesses pessoais ou partidários e, por isto, não agiram, no dever lhes impunha.

A denúncia foi agora apresentada, que o denunciante conta, no momento, com o apoio público da maioria da bancada da Arena, cujos integrantes fizeram, sobre o episódio, pronunciamentos candentes através da rádio usura do Governo, vedada sistematicamente aos membros do M. D. B. Governador conseguiu, entretanto, compor seu dispositivo político na Assembleia e a denúncia foi julgada improcedente.

Não morremos de amores nem pelo Jorge Kalume, cuja ação política, em todo Estado, tem a única finalidade de nos esmagar, nem pelo Senhor Eloy Abud.

Por isso, no seio da Comissão Mista examinamos a denúncia votamos pelo recebimento, para que a matéria precisasse exame mais acurado, mais ofendido dos documentos e provas, a fim de permitir um julgamento criterioso e isento de paixão.

Poderíamos encerrar aqui as nossas considerações, Sr. Presidente, batendo o pano sobre esta comédia, se não fosse imperioso ressaltar algumas circunstâncias, que dão ao episódio uma importância maior do que a de-

corrente de uma simples briga em família. É a razão da minha presença nesta tribuna.

Assim, é de assinalar que o denunciante é conveniente nas irregularidades que só agora aponta. Ele próprio confessa que conhecia certos fatos irregulares desde dezembro de 1967. Não tomou, entretanto, o caminho que a moral administrativa lhe impunha. Mas é de ressaltar, também, que, como começou como foi até aqui, do governo estadual, conhece os fatos apontados na denúncia, que, por isto mesmo, deveriam ser minuciosamente apurados. Afinal, para a Arena, ele não é uma desclassificação. É elemento da maior projeção política, participante de todos os conciliabulos, conhecedor de todos os meandros da atual administração.

Por tudo isto entendemos que a denúncia devia sofrer um exame acurado, para isentar o governador de qualquer suspeita que hoje pesa, sem dúvida, sobre a sua atuação. Em vez de zelar pela reputação do seu Governo o Sr. Jorge Kalume preferiu transformar a denúncia numa questão política e venceu este lance da luta.

É de assinalar, também, Sr. Presidente, que irregularidades idênticas às denúncias e confessadamente praticadas pelo Governador, tais como adiantamentos a particulares e até a firmas comerciais, deram causa ao processo a que ainda responde o ex-governador do Acre, Sr. José Augusto Araújo, que durante o seu governo, truncado pela revolução, fez adiantamentos a fornecedores, correspondentes a mercadorias já entregues e até mesmo a funcionários, como foi o caso do nosso ex-colega, Senador Goldwasser Santos, também processado porque recebeu adiantamentos sobre vencimentos atrasados de quase um ano.

O atual Governador confessa, na sua defesa, que fez os adiantamentos, qualificados por ele de "mero pagamento parcial do débito". Em outros tópicos o Governador declara que fez "pagamentos antecipados".

Ora, se houve crime nos adiantamentos feitos pelo ex-governador do Acre, também há no que pratica o atual Governador. Se assim não for considerado, tem-se de chegar à conclusão de que há uma regra de moral, a ser aplicada aos adversários e outra, para os mesmos fatos, aplicável aos adeptos da revolução.

Devemos ainda ressaltar que a denúncia constante do item XI diz respeito à apropriação indebita de borracha, no Município de Xapuri e à tentativa de prisão do gerente local do Banco da Amazônia, que pediu a apreensão judicial da mercadoria.

É a confirmação da denúncia que nós fizemos, desta tribuna, no dia 26 de janeiro do corrente ano, baseados em relato minucioso do aludido gerente. Naquela ocasião o eminente Senador José Guimard acusou-nos de facciosos, de injustos, de estarmos deturpando os fatos e analisando-os com visão unilateral.

Agora, entretanto, é um correligionário de S. Excia., dos mais chegados aos segredos do partido, com o reconhecimento que o livro trânsito, de que dispõe, nos gabinetes e nas repartições lhe assegure, que afirma, na denúncia, que o Governador fez aquisição ilícita de cerca de 6 toneladas de borracha, desviadas do seu destino legal, que é o Banco da Amazônia e que, além disso, "abusando do poder de que se acha investido", mandou prender o gerente de-se estabelecimento bancário.

Não endosso nem encampo as acusações do Deputado Eloy Abud, que todos esperávamos fossem apuradas para punição do culpado ou desmoralização do gratuito acusador.

O M. D. B. limita-se a assistir ao espetáculo, no qual só interferirá se estiverem em jogo a tranqüilidade do povo acreano, o atendimento das suas

necessidades e a lisura dos negócios públicos.

O que desejamos é que a administração acreana se volte resolutamente para a solução dos graves problemas do povo.

O que desejamos é que o M. D. B. seja respeitado como partido político legalmente constituído e que possa livremente exercer sua ação junto ao eleitorado, sem as limitações e pressões exercidas pelos poderosos, a mandado ou com a connivência do Senhor Governador. Não pleiteamos nem aceitaremos cargos na administração estadual, mas não nos conformaremos com a discriminação odiosa, que vigora atualmente, entre adeptos do governo e seus adversários, quando uns têm direito a tudo e outros nem mesmo merecem o respeito, que as leis asseguram e a condição humana impõe.

Meu partido está neutro entre as duas facções da Arena, que se degladiam no Acre, desde meados do ano passado e que dificilmente encontrarão o caminho da harmonia, porque já chegaram aos insultos pessoais, estendendo agora cada uma empenhada em arrolar fatos e juntar comprovação para as irregularidades e a corrupção, de que acusa a outra.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Com todo prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Desculpe ingressar na "paróquia" do Acre, seu que não me chamo Manoel e não moro em Niterói.

O SR. OSCAR PASSOS — É lamentável que o "vogário" esteja ausente.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não dá a necessária dimensão política ao eminente Senador José Guimard, S. Exa., em termos de prestígio eleitoral, não é vigário.

OSR. OSCAR PASSOS — É cardeal.

O Sr. Eurico Rezende — ... é arcebispo, há muito tempo. Mas, ingresso no seu pronunciamento em virtude de uma afirmativa no sentido de que o MDB está neutro nessa controvérsia. Devo lembrar a V. Exa., principalmente tendo em vista minha qualidade de advogado, que Rui Barbosa, expressando conceito lapidário, disse certa vez: "Entre o Direito e o der a esse desafio com a neutralidade". Se V. Exa. entende que existe a prática de ato ilícito, não deve responder a esse desafio com a neutralidade que, na hipótese, seria connivência. Mas, como V. Exa. argui a posição de neutro, é porque, faço justiça a V. Exa., não está havendo nenhuma prática de ato ilícito da parte do Governador do Acre.

O SR. OSCAR PASSOS — Nobre Senador, nós nos colocamos exatamente dentro do conceito lapidário de Rui Barbosa, a que V. Exa. se referiu. Estamos neutros quanto a questão política, a agitação política que o nobre Deputado Eloy Abud, correligionário de V. Exa., está querendo fazer desde maio ou junho, do ano passado. E nos mantivemos neutros, por considerarmos isto briga de família. Mas, está no texto do meu discurso — e V. Exa. comprovará se me der a honra de lê-lo após publicado — quando julgarmos estar em jogo o atendimento das necessidades do povo e a causa do serviço, interferiremos. Foi o que opinamos.

O Sr. Eurico Rezende — São palavras absolutórias do Governador.

O SR. OSCAR PASSOS — ... na Comissão Mista, onde éramos, como sempre no País, minoritários.

O Sr. Eurico Rezende — A culpa é do povo.

O SR. OSCAR PASSOS — E Vossas Exas. que eram majoritários, não aprovaram, por questão política, a denúncia do seu próprio correligionário. Nós queríamos que se apurasse a denúncia e não pudemos fazê-lo.

Somos neutros na questão política do ano passado, quando o Deputado Eloy Abud quis atingir o Governador, mas não podemos ser neutros em relação à denúncia de irregularidades ou corrupção. Temos que chegar até onde a lei nos permite, que é a Comissão Mista, onde a responsabilidade por tudo que houve cabe exclusivamente aos correligionários de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Não conheço o episódio, mas vejo, desde logo, que há muita política. E o que deflui das palavras de V. Exa.

O SR. OSCAR PASSOS — Muito mais do partido de V. Exa., do que do meu.

O Sr. Eurico Rezende — Então, se há presença da conveniência política de facções em jogo, de logo deve-se examinar, em primeiro lugar, a pessoa do Governador. Conheço o ex-Deputado Jorge Kalume, hoje Governador do Acre. Tenho de S. Exa. as melhores referências, inclusive de adversários seus. O fato de estar um correligionário da ARENA contra o Governador é corriqueiro, em todos os Estados, porque o artificialismo partidário colocou no mesmo partido tendências e conveniências que se arbitram. De modo que, tanto na ARENA como no MDB, há ausência de autenticidade.

Mas, devo dizer a V. Exa. que, no seu percurso no Parlamento nacional, o Deputado Jorge Kalume deixou uma trajetória de honradez e de espírito público.

O SR. OSCAR PASSOS — Nós não estamos, longe de um entendimento. Isto também consta do meu discurso, nobre Senador, quando digo que não endossamos as acusações do Deputado Eloy Abud. Esperávamos apenas que elas fossem rigorosamente apuradas para que o culpado fosse punido e o gratuito acusador desmoralizado.

O Sr. Eurico Rezende — Mas V. Exa. há de convir que isso é um processo de "impeachment". O recebimento da denúncia, por si só, implica, e automaticamente, no afastamento do Governador. Então, deve-se examinar com grande cuidado a primeira etapa, que é decisória, porque o afastamento do Governador causa perplexidade e prejuízo à Administração pública, sem se falar na perturbação em todo o Estado, com as suas implicações e consequências danosas. É muito comum acusar-se uma Comissão Mista, para efeito de apuração de responsabilidade do Governador, e não se querer apurar. Quando, porém, o simples recebimento da denúncia determina o afastamento do Governador, é preciso que haja aquele princípio de certeza, previsto em nossa codificação penal.

O SR. OSCAR PASSOS — Mais uma vez, V. Exa. concorda comigo. Quer dizer, transformou-se isto em questão política, assim, foi feito no Acre e, por isso, a denúncia foi arquivada.

O Sr. Eurico Rezende — Mas, não foi a maioria da Comissão que opinou pelo arquivamento?

O SR. OSCAR PASSOS — O Partido de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Sim! A maioria!

O SR. OSCAR PASSOS — (Lê) — Nossa neutralidade, porém, não significa omissão nem transigência, mas revela a decisão que assumamos, de só intervir — e intervir decisivamente — quando estiver em perigo o bem estar do povo ou quando a ação do governo puser em risco as garantias individuais, inclusive a nossa liberdade de manifestação política, dentro da ordem e da lei. (Muito bem! Palmas.)

PARECER MAIS OS SENHORES SENADORES:

é Guilomard
astão Archer
o de Mattos
nto Müller

SR. PRESIDENTE:

ido Mondin) — Não há mais
res inscritos.
sa-se à

ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

SR. PRESIDENTE:

ido Mondin) — Nada mais ha-
que tratar, designo para a ses-
ordinária do dia 15 a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

essão em 15 de abril de 1968

1

tação, em turno único, do Re-
mento nº 330, de 1968, de auto-
do Sr. Senador João Abranão,
tando licença para tratamento
aúde, pelo prazo de 125 (cento e
cinco) dias, a partir de 5 de
do corrente ano.

2

scussão em turno único, do Re-
mento nº 331, de 1968, de auto-
r. Senador Eurico Rezende, que
ar a transcrição, nos Anais da
do discurso pronunciado pelo
o, Sr. Presidente Costa e Silva,
ede da Associação Brasileira de
ensa, por ocasião das comemora-
pelo transcurso do 60º aniversá-
de fundação da conceituada en-
le.

3

scussão, em turno único, do Pro-
de Resolução nº 102 de 1967, de
ria da Comissão Diretora, que
enta, por invalidez, Ruy Ribeiro
loso, Oficial Legislativo PL-5 do
iro da Secretaria do Senado Fe-
l, tendo parecer sob nº 269, de
da Comissão de Constituição e
ça pelo arquivamento.

LENDARIO DOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CON- GRESSO NACIONAL

1

oeto de Lei número 10, 1968
que "Dispõe sobre a utilização
titativa dos Serviços de Despa-
tes Aduaneiros e dá outras pro-
ncias. — Presidente: Senador
Emílio; Relator: Deputado
Peres.

CALENDARIO

a 17-4 — Discussão do projeto,
Sessão Conjunta às 21 horas e
minutos. Prazo: início 14 de mar-
ço 1968; término: 22 de abril de

II

oeto de Lei nº 11 de 1968 (CN)
"Altera a lei nº 4.767, de 30 de
to de 1953, promoção de Milita-
e Veterano da Segunda Guerra
Mundial, licenciados do serviço ativo
cluídos na reserva não remunerá-
— Presidente: Senador Paulo
es; Relator: Deputado Celastino
O.

CALENDARIO

a 16-4 — Reunião da Comissão
a apreciação do parecer do Re-
r; às 10 horas na sala da Comis-
de Finanças do Senado Federal;

a 16-4 — Apresentação de pa-
pela Comissão;

a 17-4 — Publicação do parecer;

a 23-4 — Discussão do Projeto em
Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

prazo — Início: 20-3-68; e, Térmi-
28 de abril de 1968.

III

Projeto de Lei nº 12, de 1968 (CN)
que "Dispõe sobre o pagamento de
dividas previdenciárias através de
imóveis desonerados e dá outras pro-
vidências". — Presidente: Senador
Edmundo Levi, Relator: Deputado
Hamilton Prado.

CALENDARIO

Dia 16-4 — Reunião da Comissão
para apreciação do parecer do Re-
lator;

As 21,00 horas na sala da Comissão
de Finanças do Senado Federal;

Dia 16-4 — Apresentação de pa-
recer, pela Comissão;

Dia 17-4 — Publicação do parecer;

Dia 23-4 — Discussão do Projeto,
em Sessão Conjunta, às 21,30 horas.

Prazo — Início: 20-3-68; e, Térmi-
no: 28 de abril de 1968.

PROJETO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO QUE DEVERÁ RECEBER EMENDAS PERANTE AS COMIS- SÕES.

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de
1968 (nº 1.100-68, na Casa de ori-
gem), que dispõe o Orçamento Plu-
ri-anual de Investimentos para o triê-
nio 1968-1970.

CALENDARIO

De 5 a 23 de abril de 1968 — Apre-
sentação de emendas perante a Co-
missão.

Até 6 de maio — Apresentação dos
pareceres.

Até 8 de maio — Publicação dos
pareceres.

Até 14 de maio — Discussão do
Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada
a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 ho-
ras).

Discurso pronunciado pelo Sr.
Senador Milton Trindade, na
sessão do dia 8 de abril de
1968, que se republica por
haver saído com incorreções.

O SR. MILTON TRINDADE:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor
Presidente. Senhores Senadores Au-
sente, por motivos circunstanciais, na
memorável sessão em que esta au-
gusta Casa, na palavra e na emo-
ção dos seus ilustres e eminentes Se-
nadores prestou merecida e justa ho-
menagem a um grande brasileiro, dos
mais destacados da vida nacional
contemporânea, e que, por dois Es-
tados a honrou com o seu talento
com a sua fama e a brasilidade das
suas campanhas, sinto-me no dever
— membro que sou da mesma famí-
lia associada, de participar da eno-
bição dos meus ilustres pares, com o
minha palavra de respeito, saudade
e admiração pelo mais extraordinário
jornalista empresarial de todos os
tempos: Francisco de Assis Chateaubriand
Bandeira de Melo.

É ao legado, quero valer-me dessa
oportunidade para outro dever inde-
clinável e honroso: o de exprimir
profunda gratidão e reconhecimento
a V. Exa., Sr. Presidente e aos em-
inentes Senadores que subscreram o
reconhecimento do sobre Senador An-
tonio Filadelfo para que este des-
ta Casa, num projeto de justiça, ati-
bulasse a grande luto que desce
a vida inteira incrustada na memó-
ria do reconhecimento nacional e
homagem que muito confortavam
a consciência e a grande família
"Associada".

Senhor Presidente. Senhores Sena-
dores Assis Chateaubriand, Francisco
de Assis Chateaubriand Bandeira de
Melo, a quem não seria simples mer-
cê se o Brasil lhe provesse os fune-
rais com as honras de Chefe de
Estado. Assis Chateaubriand "Diretor

— Presidente Nacional dos Diários,
Rádios e Televisões Associados, ou
simplesmente, dos "Associados" como
já nos acostumamos a ser tratados
pelo carinho de todos os nossos leito-
res, ouvintes e telespectadores que são
do Norte a Sul, do Leste a Oeste de
Brasil, milhões de homens e mulhe-
res, nacionais e estrangeiros, a cho-
rarem conosco o desaparecimento fi-
sico deste admirável condutor de
homens e de máquinas. Um líder
Senhor Presidente, Senhores Senado-
res, um guia um Chefe, que não li-
derou, não guiou nem chefiou com o
efêmero prestígio de tantos poderosos
— a — prazo fixo. Antes, bem ao
contrário, muito ao contrário Assis
Chateaubriand plantou com as pró-
prias mãos a semente que seria depoi-
árvore frondosa pela vida inteira e
foi ele o primeiro e sempre mais im-
ediato zelador dessa obra impar na
América Latina garantidora ao nos-
so país do galardão de possuir a mais
vasta, mais operante e mais presti-
giosa e moderna rede de comunica-
ções que a América do Sul já co-
nheceu.

Como Superintendente dos Associa-
dos no Estado do Pará, onde tive a
ventura de nascer, que tenho a honra
momentânea de representar nos
Casa, mas acima de tudo como bra-
sileiro, Senhor Presidente, Senhores
Senadores deve salientar que a con-
dição marcante da obra de Assis
Chateaubriand é esta circunstância
altamente significativa: Jornais, Re-
vistas, Emissoras de Rádio e Televi-
são brasileira; mais ainda, mais
sileiro; capital brasileiro! Entretanto,
apesar desta marca nitidamente au-
ri-verde, não são poucos e não menos
estimáveis são os braços e os cére-
bros que, nascidos em outros países
se fizeram brasileiros pelo espírito e
pelo coração e conosco ajudaram os
Associados de Assis Chateaubriand
vencerem os limites pátrios e ecoarem
pelo mundo; sem todavia e aqui o
nosso orgulho máximo jamais nos
afastarmos um mínimo que fosse
das características inarredavelmente
brasileiras.

Confirmando esta brasilidade sad-
e sem agressividades; Senhores Se-
nadores aqui está o outro aspecto
dominante da personalidade de Assis
Chateaubriand: Sertanista pelo nas-
cimento, fez-se sertanista pela vida
inteira, tendo como preocupação con-
stante o Nordeste, que todos sabem-
tão sofrido, e onde está a sua "pe-
quenina e heroica" Paraíba, e nesta
em seu Umbuzeiro, azra cidade, mas
simples Vilarejo, quando lá nasceu
Francisco de Assis Chateaubriand
Bandeira de Melo aos 5 de outubro
de 1892. Esse paraibano sempre acom-
panhou o sempre, desde menino, até
quando, já rapaz, se impunha pelo
talento e pelo trabalho, e até depois
já homem público consagrado, quan-
do o seu caminho de predestinação
idêntica a cu apelo vultoso na
climata dos mais destacados aos 2
anos de idade, o frên admirado co-
tedrático de Direito por concurso,
Assis Chateaubriand chegava ao Ri-
de Janeiro então Capital da Repu-
blica, para enfrentar, no Supremo
Tribunal Federal, como advogado co-
lunado e por tantos ilustres notáveis o
grande paraiense Antônio Pessoa;
foi lá o ano de 1917. Depois, na
travessia citada de 1920 quando
inda não completara 30 anos de
existência, já era um líder e
se fizera redator-chefe do "Estado
de Pernambuco", e em 1923
Chateaubriand não teve dúvidas e
seguiu sua vocação de revolucionário
cívico e já em 1924 já era o
chamado-se a de outro notável paraiba-
no, João Pessoa, o proo martir da Se-
gunda República. Foi ao Rio Gra-
de do Sul antes sofrendo detên-
em Florianópolis pelas forças gover-
nistas, que lhe aprisionaram o ar-
aplo de outros jovens líderes da re-
volução que viria a triunfar de
24 de outubro de 1930. Dois an-

adiante, eis Assis Chateaubriand en-
frentando o caudilho Chefe da Alian-
ça Liberal, aquele miso de presiden-
te ditador que Assis ajudara a
galgar a magistratura Suprema da
Nação, a quem, todavia, retirou o
apoio quando o país clamou pelo res-
tabelecimento da sua Constituição,
em 1932. Esta independência e esp-
rência de atitudes cívicas e de
pastelamento e expropriação de
"O Jornal" e um exílio para que pos-
terior reconciliação lhe devolvesse o
órgão líder dos "Associados"; recon-
ciliação, é preciso frisar, porque o
próprio Vargas se convencerá da ile-
galidade do ato contra o jornal e da
injustiça da sua atitude contra o po-
lítico.

Dai para além, Senhor Presidente,
Senhores Senadores, minuciar o que
foi a luta ininterrupta de Assis Cha-
teaubriand seria impraticável no pra-
zo de que dispomos, nesta tribuna e
também porque a palavra autorizada
de outros representantes, nesta Ca a
e o necrológico pela imprensa já o
fizeram "terminar" o tema
brando que ao pranteado jornalista,
jornalista, escritor, para-
torador e diplomata, nos, da Ama-
zônia, nós, do Pará tínhamos como
um sabor fraternal de amazônia e
de paraense, tais as ligações com o
setentrão brasileiro, inclusive pra
arcondia familiar e
neto, filho e sobrinho de intelectuais
e políticos do
histórica; e seu pai, Francisco Cha-
teaubriand Bandeira de Melo, tem o
nome ligado a imprensa de meu Es-
ta natal, pois fez jornalista pelas
colunas do "Jornal de Notícias" en-
tão circulando em Pará. Assis Cha-
teaubriand Filho confirma a existên-
cia do nome ligado às
do pensamento paraense, deixando
"A Província do Pará", a Rádio Ma-
rajoara e a TV Marajoara, prósperos,
conceituados e populares, sendo de
destacar que o órgão-líder das Asso-
ciadas no Pará, "A Província do
Pará", é um dos jornais mais anti-
gos do Brasil, fundado em 1876, e,
por consenso unânime, tido como um
dos mais avançados e bem feitos para
a época, sendo seus repórteres e co-
latores e colaboradores muito no-
mos que iriam para a imortalidade
quisitar as aureas da imortalidade e
do mais alto renome literário nacio-
nais, como ele, Assis Chateaubriand,
também.

OSr. Adalberto Sena — Permi-
ta V. Exa um aparte?

O SR. MILTON TRINDADE —
Pois não!

O Sr. Adalberto Sena — Senador
Milton Trindade, compartilho, inte-
ramente dos conceitos de V. Exa
sobre a vida e a obra de Assis Cha-
teaubriand. Como brasileiro, nada mais
quero acrescentar ao que foi dito
nesta Casa, inclusive por um dos
enimistas memores do meu Partido.
Mas devo dizer a V. Exa, e lágo que-
rão de incorporar ao seu oeu a
manifestação minha, por uma dívida
de gratidão que, nos últimos tempos,
isto, entre os
teaubriand, o Estado do Acre tem
para com ele. Todos os
muitos anos o Acre no dia
prezsa festa de
ou são do Governo ou seguem a sua
nona e
Então, Sr. Milton Trindade,
para m
cidade" tem um projeto de fundação
de um
Sei que todas as providências no
ma, inclusive, da aquisição de casa,
material e a escolha de pessoas que
lento, que a inspiração de Chateau-
briand no morra, continue mesmo no
além e
para que tenhamos esse grande com-
da liberdade de imprensa.

O SR. MILTON TRINDADE —
O Sr. Adalberto Sena,
o houve mesmo nenhum setor da vida
nacional a que Assis Chateaubriand

não tivesse honrado, emprestando-lhe a sua contribuição patriótica e nenhum Estado da Federação que não figurasse nos seus elevados planos de integração plena da unidade espiritual da Nação. Pode o Acre estar certo de que os continuadores da obra e dos ideais de Assis Chateaubriand concluirão os trabalhos iniciados para fincar a bandeira "Associada" no solo glorioso do mais novo Estado do Brasil.

E foi a energia criadora e recriadora de Assis Chateaubriand que inoculou no velho órgão de imprensa o sangue vital para que "A Província do Pará", depois que sofrera um segundo desaparecimento, ressurgisse definitiva e triunfante em 9 de fevereiro de 1947, até hoje conservando-se para a frente e para o alto dentro a grande família "associada" e na honrosa e estimulante consideração da intelectualidade, do mundo oficial e do povo do Pará.

Eu diria, senhores Senadores, que o predestinado brasileiro que agora tento, em rápida síntese, lembrar e retratar com as fíntas da saudade e da gratidão, gigante que nem a idade nem a doença venceram e que só cedeu à fatalidade física de que nenhuma criatura humana pode escapar, Chefe, Amigo e Companheiro exem-

plar e raro, cuja estatura moral e intelectual era o mais singular contraste com a estatura física, este gigantesco Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o mais adorável "jagunço" que o Brasil já nos legou, jornalista desde ginasiano, aos 14 anos de idade, nasceu de um consórcio entre o Livro e a Tipografia, viveu como filho predileto do Talento e da Glória, para agora perpetuar-se, merecida e destacadamente, na melhor e mais comovida lembrança da Pátria, que ele tanto amou, serviu e enalteceu, dentro e fora de nossos limites.

Se não é de esperar que o justo julgamento dos homens jamais lhe falte, jamais! Sempre que lhe evocarmos as beneméritas Campanhas: Nacional de Aviação; da Redenção da criança; das Beija-flôres, dos Cafés Finos, do algodão, da recuperação dos solos e, como um pródigo Mécenas agropecuário, a semear fazendas e Museus de Arte, igualmente nos consola, na dor atual do seu desaparecimento material, a certeza de que, sob uma bênção especial do Supremo Criador dos homens e das causas, repousa, agora, serena e satisfeita por todo o Bem que praticou, a alma boníssima de Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 57, DE 3 DE ABRIL DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aloisio Barbosa de Souza, Roberto Veloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo,

PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o fato ocorrido com o Guarda de Segurança Presbítero de Medeiros no dia 30 do mês próximo passado, conforme representação do Inspetor de Segurança, PL-8, Wilson Pecanha.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1968

As dez horas do dia vinte e seis de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente, Eurico Rezende, José Ermírio, Paulo Torres, José Feliciano, Carlos Lindenberg, Carvalho Pinto, Adolfo Franco, José Leite, Petrólio Portela, Aurélio Vianna, Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal. Aham-se presentes além dos Senadores acima citados, os Senhores Senadores Manoel Villaga, Alvaro Catão, Edmundo Levi, Argemiro de Figueiredo, Raul Gluberti, Adalberto Senna, Júlio Leite e Domicio Gonçim.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e concede a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1968.

Após a exposição de Sua Excelência o Senhor Presidente, pela ordem de inscrição, concede a palavra aos Senhores Senadores José Ermírio, Carlos Lindenberg, Carvalho Pinto, Aurélio Vianna, Eurico Rezende, Alvaro Catão, Manoel Villaga e Argemiro de Figueiredo.

Por fim o Senhor Senador Wilson Gonçalves agradece ao Senhor Ministro sua presença a esta Comissão e cumprimenta-o pelo modo brilhante com que conduziu sua exposição.

O Senhor Presidente determina, outrossim, que as notas taquigráficas da presente reunião sejam publicadas em anexo à esta ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu,

Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO DA 4.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO, INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O PLC 18-68, QUE DISPÕE SOBRE OS BENS E PESSOAL VINCULADO AO LLOYD BRASILEIRO E A COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA (EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES, SR. CORONEL MÁRIO ANDREAZZA, AS 10 HORAS, DO DIA 26 DE MARÇO DE 1968).

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Havendo número legal declarado aberta a reunião da Comissão incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18-68, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado ao Lloyd Brasileiro e à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Abertos os trabalhos desta Comissão, apresentado o Parecer pelo nobre Senador Carlos Lindenberg, que concluiu pela aprovação do Projeto, deu-se início à discussão da matéria.

Os nobres Senadores José Ermírio e Arthur Virgílio levantaram algumas objeções sobre o alcance da medida, inclusive sobre a sua conveniência, relativamente à eliminação da prioridade assegurada ao Lloyd Brasileiro.

Em face dessas objeções e tendo em vista a limitação de tempo, exigiu de que dispõe esta Comissão para o seu pronunciamento, a Presidência, refletindo o pensamento geral, entendeu seria da mais alta conveniência a presença de V. Exa.

Sr. Ministro Mário Andreazza a este Plenário, para apresentar os esclarecimentos e informações que fossem necessários à apreciação da matéria.

Convocado por mim, V. Exa. aqueceu imediatamente, o que nos trouxe, além da natural satisfação de tê-lo ao nosso lado a significação de o seu comparecimento dar um sentido real à norma constitucional, que assegura a vinda dos Srs. Ministros de Estado aos trabalhos das Comissões do Congresso Nacional, para prestar informações sobre matérias em curso.

De acordo com as Normas Regimentais, cabe a V. Exa. fazer uma exposição sobre a matéria de que trata o projeto e, em seguida, facultarei a palavra aos nobres Membros da Comissão de Projetos do Executivo, para as interações que julgarem necessárias.

Assim, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Sr. Presidente, o aspecto que me parece o mais importante da questão é o aspecto técnico, porque, anteriormente, o Lloyd Brasileiro era uma organização autônoma. Quando nós assumimos o Ministério dos Transportes, subordinamos o Lloyd Brasileiro à Comissão de Marinha Mercante e, pela legislação vigente, quando se trata de cargas do Governo, fica ao livre arbítrio do Lloyd Brasileiro decidir se leva ou não leva a carga que está nos portos. E nós entendemos que, desde que o Lloyd Brasileiro está agora subordinado à Comissão de Marinha Mercante, esta deve deliberar se essa carga deve ser levada ou não, porque é a Comissão de Marinha Mercante que realiza o controle de toda essa movimentação de cargas. E se nós deixarmos ao livre arbítrio do Lloyd, ele decide se leva ou não. Normalmente, a resposta que o Lloyd Brasileiro dá é que tem possibilidades de levar a carga, mas tem acontecido várias vezes em que não tem essa possibilidade. Então, a carga fica no porto. Assim, nós achamos que deve continuar mesmo com o Executivo essa atribuição. Isto é, se essa carga deve ou não ser levada pelo Lloyd Brasileiro. Mas achamos que não deve ficar ao livre arbítrio do Lóide decidir se leva ou não a carga. Isso deve caber à organização imediatamente superior a que ele está subordinado. E depois o aspecto econômico não é muito grande, porque, no comércio exterior, as cargas do governo não chegam a 3% e na navegação de cabotagem as cargas do governo não chegam a 10%.

Mas a finalidade principal desse projeto não é propriamente de ordem econômica, é de ordem técnica, é para assegurar a mobilidade, a rapidez no transporte das cargas. Tem acontecido, por exemplo, estar uma carga de café no porto esperando transporte para os entrepostos da Europa. E o Lóide, consultando se pode ou não levar essa carga, diz que pode. No entanto, não há navio à disposição para levar essa carga. Pode acontecer haver navio de empresa privada saindo para a Europa com a carga não totalizada. Esse navio poderia levar o café. Na realidade não está faltando carga porque ampliamos consideravelmente. Não haverá esse problema para o Lóide de falta de carga em virtude desse projeto em que tiramos a prioridade. A decisão para resolver qualquer dificuldade cabe à Comissão de Marinha Mercante, que é o órgão imediatamente superior ao Lóide.

Estes são, em linhas gerais, os pontos importantes. Estarei à disposição dos Srs. Membros da Comissão para prestar quaisquer outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) Com a palavra Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Antes de votar no Senado, é melhor conhecer detalhes.

Primeiro, não tendo o Lloyd Brasileiro exclusividade mas, apenas, prioridade para transporte das mercadorias das repartições públicas, autarquias ou outros órgãos estatais ou paraestatais, nos termos do § 3º do artigo 31, do Decreto-lei nº 67, de 21.11.66, qual a razão de Poder Executivo pretender a revogação desse dispositivo?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — É que consta da lei. Se fosse uma atribuição do Executivo, dar essa prioridade, ou não, então facilitaria, mas, sendo fixado em lei, a prioridade é do Lloyd, então temos que aceitar esse fato.

Achamos mais interessante que coubesse ao Executivo, que é o maior interessado e o Lloyd, sendo subordinado ao Ministério dos Transportes, decidir se leva ou não essa carga, deixando ao livre arbítrio da empresa.

Então, o problema é mais de lei. É uma lei que fixa isso. Se houvesse maneira de contornar que coubesse ao Executivo, como era antes, de deliberar se essa carga era ou não transportada, seria mais interessante.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A revogação de tais dispositivos trará benefícios às firmas estrangeiras de navegação com a constante afretamento de seus navios pelo Brasil? Não decorrerá disso um grande prejuízo para o Lloyd?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Não decorre, porque política de fretes que estamos desenvolvendo, nós não vamos dividir fretes que estamos desenvolvendo, não vamos dividir o mercado existente entre o Lloyd e as companhias que estamos organizando agora, pois isso seria dividir o mesmo bolo entre muita gente. Então, nossa ideia é aumentar o mercado de frete, como realmente aumentamos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Não trará nenhum prejuízo para o Lóide. Todas as empresas do mundo inclusive o Lóide, têm que fazer afretamento por causa de variação de carga e a mais. O Lóide mesmo no ano passado, afretou mais de duzentos navios. Uma das preocupações nossas é o problema do teste de ferro. Isto é importantíssimo. Quando concedemos uma linha, por exemplo, a uma empresa privada, fazemos um levantamento completo da mesma. Não só uma pesquisa ostensiva mas também pedimos a ajuda do Serviço Nacional de Informações. Isto para evitar os testes-de-ferro. E desde que verificamos a vinculação com uma companhia estrangeira a licença é cassada. Acredito que não haverá prejuízo para o Lóide. Então a Lóide decidiu: se leva ou não a carga, quem decide é o escalão superior que controla toda a navegação da empresa e das companhias privadas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O pagamento do afretamento de um navio é feito em dólares?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — É um problema do que estamos cuidando. Para isso prevenciamos a ampliação da nossa frota. Agora encomendamos vinte e quatro navios. Com mais onze navios que estamos negociando, perfazem um total de trinta e cinco, que justamente para irmos eliminando progressivamente o afretamento. Queremos reduzir progressivamente afretamento. Só em nosso mercado internacional, em relação aos nossos portos, cerca de quinhentos milhões de dólares anualmente. E o objetivo que o governo fixou foi trazer para o Brasil 250 milhões de dólares, o seja 50%. Não dá para ser tudo por que as companhias estrangeiras têm direito assegurado, e existe a Com-

ferência de Frete. Na conferência do frete é nosso objetivo atingir 250 milhões de dólares anuais. Estamos ampliando nossa frota para isso, mas ainda não temos a tecnologia disponível para trazer e levar toda essa carga.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O Brasil está na posição de levar seus vapores pelos mares afre?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Já estamos levando. 6% da nossa carga. Agora temos convênio de frete dividido meio a meio — nós levamos 30,5%, o americano 35% e o restante é transportado pela terceira bandeira. Esta vai progressivamente aumentando.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Quinta pergunta:

"Quais as condições que o Lóide exige e quais os lucros que obtém no transporte de mercadorias com o freteamento de navios?"

Isto é muito importante a Comissão saber. Se o Lóide ganha muito dinheiro com as cargas, isso deve ser investido com muito cuidado.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Quanto ganha, não sei. V. Ex.^a poderia dirigir a pergunta à companhia.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sexta pergunta: quais as medidas que o Governo tem tomado ou pretende tomar para melhor aparelhar o Lóide Brasileiro?

V. Ex.^a a respondeu anteriormente. Já foram comprados 16 navios e a situação do Lóide vai melhorar.

7ª pergunta: quais são as companhias de transporte que operam na cabotagem no Brasil? São empresas genuinamente brasileiras?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — São. A cabotagem que tem que ser genuinamente brasileira. Quando assumimos, o Lóide não tinha cabotagem. Introduzimos a linha de Integração Nacional com 32 navios. Existe, ao longo do litoral, uma série de pequenas companhias que não têm capacidade administrativa, que não têm possibilidade de cumprir determinados horários e, assim, assegurar realmente transporte. Então, dentro das diretrizes do Governo, ficou estabelecido que essas pequenas companhias se uniram em uma maior. Já foi organizada a Linha Brasileira de Navegação inteiramente brasileira, reunindo 13 dessas empresas. Inclusive já encomendaram 8 navios para cabotagem a nossos estaleiros. Então, a Linha Brasileira de Navegação, inteiramente brasileira fará cabotagem ao lado do Lóide.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — 8ª pergunta: somos sabedores de que o Lóide está saindo da situação de déficit que mantinha há vários anos. Em razão disto, perguntamos: se a empresa não está em condições deficitárias, o que pretende o Governo fazer a fim de evitar que se repita a situação financeira difícil com a retirada da prioridade?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Neste ano tivemos na cabotagem um lucro não muito grande, mas o comércio exterior já teve seis bilhões de cruzeiros; já é um bom superávit.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — 9ª pergunta: Quais as providências que o Governo pretende tomar para que não ocorra a paralisação dos serviços dessa empresa, já que a prioridade, segundo estamos informados, representa 30% da sua receita de cabotagem e 60% de suas operações de longo curso.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — A cabotagem, pelos cálculos que temos representado 10% e o longo curso representa 5%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A sua receita da cabotagem é de 30%, e suas operações de longo curso é de 60%.

A 10ª pergunta: Sabemos que o capital do Lóide passou de 100 milhões

de cruzeiros novos para 266 milhões, em fins de 1967. Não tendo capital de giro qual será o futuro dessa empresa, sem a prioridade?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Senador, quero frisar bem esse ponto: a prioridade não tem grande influência econômica para o abastecimento. Ela tem grande influência particularmente no país, para o abastecimento. Por exemplo, a SUNAB pretende transportar o arroz do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, com urgência. Pergunto ao Lóide se pode trazer o arroz e ele diz que podia. Entretanto, não tem o navio para trazê-lo.

Então, surge mais este problema do abastecimento que não tem reflexos econômicos consideráveis. Assim, vê o Sr. que no ano de 1968, o Lóide transportou para os Estados Unidos 16% da carga total; e este ano de 1967 já transportou 60%. Quer dizer, esse é o grande mercado, é o mercado livre.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Isso é muito importante.

V. Ex.^a me desculpe tantas perguntas, mas ainda estou na 11ª.

"Quem fará o transporte de frete baixo, atualmente feito pelo Lóide, sabendo-se que as firmas privadas não o realizam por ser deficitário?"

Isso é uma média que o Lóide dá: trabalho com frete baixo e frete alto. Quem vai fazer o frete baixo?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Ele é fixado pela Comissão de Marinha Mercante. O frete é uniforme tanto para o Lóide como para as demais Companhias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — E' deficitário. Essas Companhias particulares vão fazer?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Vão fazer.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Uma mercadoria, por exemplo, como o fertilizante, o produto agrícola, tem frete mais baixo do que outra de alto porte.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Senador, nós temos o Lóide em sentido empresarial: que ele atue como uma empresa e que tenha lucro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Aliás ele está de maneira extraordinária agora. Por isso, estamos aqui e olhamos com cuidado o problema Lóide. Ele ressuscitou dos destritos que havia, há dezenas de anos.

"12ª Temos conhecimento de que 75% da renda do Lóide provém do transporte de café para os entrepostos de Trieste e Beirut e que foi, em 1967, de US\$ 3.160.000 00. Por esta razão perguntamos: V. Ex.^a poderia nos informar se existe pressão de firmas estrangeiras interessadas no afretamento dos seus navios e com a consequente retirada desse transporte do Lóide?"

Não podemos desprezar um lucro desse — 3.160.000 dólares. É muito dinheiro!

V. Ex.^a desculpe-me mas estou com pressa devido a um compromisso e vou prosseguir nas perguntas.

A 13ª diz o seguinte:

Existe interesse, por parte de firmas no Brasil, de obterem esse transporte fretando navios estrangeiros?

14ª — V. Ex.^a não acha viável que suprimindo as vantagens do Lóide as firmas estrangeiras que importam ou exportam para o Brasil não vão auferir lucros com as companhias estrangeiras, no tocante à medição de peso e volume a fim de que fiquem no Exterior apreciáveis somas de dinheiro nosso, em mãos de empresas alienígenas em detrimento da economia brasileira?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Isso, nobre Senador, é difícil de acontecer porque, como disse, quando selecionamos essas firmas exigimos que sejam inteiramente nacionais e que tenham 100% de capital

nacional e só concedemos licença para quatro firmas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Mas tem um defeito, Sr. Ministro que toda firma estrangeira, que não no Brasil com capital misto estrangeiro, pela Constituição de 1937 qualquer dessas firmas sediadas no Brasil embora com capital estrangeiro são nacionais.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — São os célebres "testes de ferro", aos quais tenho pavor porque são terríveis.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Esperamos que possamos dar aos nacionais.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Agora V. Ex.^a pode dar, existe um mercado que atende a todos e trabalha associado ao Lóide existe uma decisão controlada pelo Governo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A última pergunta: Muitos convênios foram feitos no passado, em prejuízo do Lóide Brasileiro. Sugiro a V. Ex.^a recusar acordos entre companhias e o Lóide, de que resulta, sempre, sangria na economia da companhia nacional.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Senador, V. Ex.^a sabe que nos portos da Escandinávia, há mais de 24 anos, os nossos navios não podiam entrar. Era proibido a um navio brasileiro entrar na Escandinávia.

Denunciamos esse convênio e, com grande dificuldade, tivemos que retirar medidas energéticas, mandei cartear dois navios que seguiram para lá e, antes de entrar ali foram notificados...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Principalmente na Noruega.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Hoje, nossos navios entram lá e saem normalmente, da mesma maneira que em outros portos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Peço desculpas a V. Ex.^a, mas fiz perguntas que julgo de interesse nacional. Não foi senão por interesse de Brasil que vim para o Senado lutar ao lado de meus compatriotas para que o Brasil tenha uma posição de igual para falar com os demais.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — V. Ex.^a pode estar certo de que estamos trabalhando com esse sentido nacionalista. Queremos, realmente que a navegação seja dominada por nós. E' o que interessa ao País, nós manteremos essa navegação.

Outro ponto de que me lembro sempre: a Constituição fala que as atividades do Estado devem ser supletivas, desde que se consiga interessar a iniciativa privada. É uma grande coisa para o interesse nacional. A Constituição em um de seus artigos considera qualquer empresa estrangeira sediada no Brasil, como empresa nacional.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) Pergunto ao nobre Senador Carlos Lindenberg se, na qualidade de Relator, deseja fazer alguma indagação ao Sr. Ministro Mário Andreazza.

O SR. SENADOR CARLOS LINDENBERG — (Relator) Sr. Ministro Mário Andreazza V. Ex.^a falou que o Brasil assinou convênios de fretes onde o atendimento é de 32,5% para cada um. E o restante? Pergunto se os outros países também já assinaram esses convênios.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Já assinamos com os países escandinavos, esses a que acabamos de nos referir. Com o Mediterrâneo também, com todos os outros com que temos linhas já participaram dessas conferências do frete, de maneira a que haja esta proporção de meio a meio

O SR. SENADOR CARLOS LINDENBERG — Era isso o que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) — É a última pergunta.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — Sr. Presidente, por favor, a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — Sr. Ministro Mário Andreazza, V. Ex.^a, acaba, com muita segurança, de esclarecer os pontos que levaram o Governo a aprovar este projeto.

Desejo, neste instante, servir-me desta oportunidade, congratulando-me com V. Ex.^a, pela magnífica atuação que vem realizando no sentido da recuperação econômica, administrativa e financeira de nossas empresas de transporte.

Entretanto pelo que pude apreender, o que ocorre relativamente a essas empresas é certa ineficiência, certa incapacidade em concorrer, em igualdade de condições, com as demais empresas.

Ora, se isso ocorre, não lhe parece que seria mais adequado — conforme os objetivos do Governo — que se mantivesse a prioridade desde que o Lóide pudesse transportar, em condições de igualdade com as demais empresas; ou por outra que se mantivesse o princípio de prioridade, salvo quando pudesse ser feito por outras empresas em melhores condições.

Perguntaria se não seria seguro, porque, no tocante à orientação do Governo, neste instante, que significa esta ação nacionalista, de fortalecimento da economia ou de fortalecimento da soberania nacional, não está o País a salvo de governos que pensem de outra forma.

De forma que deixar a critério da Comissão de Marinha Mercante um órgão público, estatal, sem qualquer restrição, a opção entre o transporte por companhias nacionais ou estrangeiras, entre companhias nacionais públicas ou privadas, é, ao meu ver, abrir campo para incerteza e insegurança que poderão ser lesivas para a economia de nosso País.

De modo que, resumindo, e com meus aplausos à atuação de V. Ex.^a, proporia à sua consideração o seguinte. Já que V. Ex.^a, quer evitar que, quando outras empresas possam transportar em melhores condições técnicas e econômicas, de frete e prazo, fique o Governo preso ao Lóide, perguntaria se não seria preferível manter o princípio de prioridade, salvo quando outra empresa possa atender em melhores condições.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Senador, primeiro, nosso problema não entram firmas estrangeiras; somente firmas nacionais, o Lóide e firmas nacionais.

Em segundo lugar, se nós temos um mercado que pode atender ao Lóide e às empresas privadas, nós não vemos a necessidade de manter um determinado monopólio, que sempre ocorre em prejuízo do serviço. Queremos que o Lóide seja, realmente, uma grande empresa, e que crie, na sua organização, condições de competição com as empresas privadas.

Então queremos que o Lóide cuide da casa, porque se não cuidar os usuários não lhe entregarão carga, entregarão para outras companhias. E temos condições, pela organização e pela estrutura do Lóide, de criar uma grande empresa, e desde que haja realmente organização e cuidado não haverá o perigo dele perder a carga, porque existe a carga e está assegurada.

Mas desde que haja carga suficiente para todos, por que manter o monopólio, se podemos criar competição, e inclusive, melhorar o serviço? No caso de uma carga do Governo

— existem dois tipos de carga: a carga do Governo e a carga vinculada. A carga do Governo é aquela que é propriedade do Governo — se o Governo importa, por exemplo, da Europa um determinado guindaste, obrigatoriamente quem traz a carga é o Lóide; ele sabe que aquilo lhe pertence, porque a lei manda que lhe seja entregue; traz aquilo de qualquer maneira, quebra o guindaste, porque não tem competição.

Parece-me que o regime de competição é essencial, inclusive para que se desenvolva o Lóide, para que haja quem não trabalhar direito, será prejudicado, porque tem que trabalhar para obter produtividade. Queremos criar uma mistica de uma grande companhia de navegação, e que não sintam perigo em competir com ninguém, porque temos condições de transformá-lo em uma grande empresa. Parece-nos que essa competição é salutar, e posso assegurar que o problema econômico não existe que, em a política de fretes que desenvolvemos, conseguimos ampliar consideravelmente o mercado, e há cargas para todos.

Agora, o que é preciso é que haja cuidado para que se faça um transporte bem feito e que haja, também, um gabarito para medir a eficiência do Lóide, para ver se está ele trabalhando direito, se está rendendo, se está tendo produtividade, etc.

Acredito que esses problemas poderão ser contornados por meios administrativos. A lei é que nos parece difícil, porque se damos uma ordem para uma empresa levar uma determinada carga, estaremos contra a lei e não queremos ficar contra a lei.

Acredito que, através de medidas administrativas, o Executivo pode assegurar, sempre que necessário, que o Lóide transporte as cargas do Governo.

E é um dos nossos pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — (Inaudível na gravação) — ... de combater o projeto que veio do Executivo. Alguns estão prentes de radicalizações; outros dentro de um equilíbrio à base de argumentos, até prova em contrário, achando-o válido.

O § 3º do art. 21 foi posto em evidência já no período do Governo Revolucionário. Os argumentos apresentados convencem-nos de que, realmente, o Lóide Brasileiro precisava ter a prioridade nos transportes de cargas de repartições públicas, autarquias, etc., etc.

Tenho a impressão de que, depois da restauração do Lóide Brasileiro, com outras medidas correlatas, paralelas.

Então, nós não perguntamos por que, quando o Lóide Brasileiro, hoje, se restaurava e a confiança se restabelece nessa entidade, vem o Governo desejando a revogação, pura e simples do § 3º do art. 21, que foi o princípio, depois, da restauração do Lóide Brasileiro?

Estabeleceu-se a confiança justamente aí, e o seu funcionalismo passou a trabalhar com muito mais entusiasmo, porque sentiu que a autarquia estava garantida.

Vossa Excelência, Ministro Afonso Andreazza, falou que, realmente, a posição do Governo era nacionalista. Tenho declarado, muitas vezes, que sou nacionalista nativista, não fosse eu nordestino e brasileiro.

Mas eu não entendo um nacionalismo que não defenda, em primeiro lugar, aquilo que pertence ao País. Essas empresas privadas que vão concorrer com o Lóide são nacionais, mas por que não se dá prioridade ao Lóide?

Recebemos cópia de uma emenda em que se pretende assegurar à Cia. Lóide Brasileiro a prioridade de carga de repartições públicas, autarquias,

órgãos de administração descentralizada e de economia mista, podendo, a critério da Comissão de Marinha Mercante, as mesmas serem liberadas em favor das empresas nacionais privadas de navegação marítima. Acho esta uma emenda equilibrada, que iria favorecer o pensamento do Governo, dando uma maior garantia, de caráter prioritário, à empresa brasileira.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Está ótima. Mas, Senador, quero dar um esclarecimento.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — Sr. Ministro, um minuto só. Sou, assim, como um cacto do Nordeste, tenho mais espinhos que flores, mas desejo dizer o que tenho dito várias vezes: a administração federal, no campo específico sob sua responsabilidade, vem tendo pontos a nosso ver, muito mais positivos do que negativos. Estou a cavalheiro, por exemplo, quanto a pensamento do próprio Executivo noutras medidas, sobre outras atividades, transferir para a administração pública algo que estava realmente subordinado à economia privada. Creio que no mundo em que estamos vivendo não se deve agir *nem tanto no mar nem tanto à terra*. Quase que diria, se não fosse um tanto escandaloso, que a própria Igreja, na época atual, admite que certas atividades, que eram privativas da economia particular, hoje devem ser realmente privativas do setor público, pelas transformações que o mundo está passando.

Então, estou muito satisfeito porque estou sentindo que a vinda de V. Exa. a esta Comissão vai inclusive aparar certas arestas. Estamos ingressando numa fase muito interessante, que é a desse diálogo que deve haver entre Executivo e Legislativo, para um melhor entendimento de todas as matérias. Muitas vezes vem uma mensagem que precisa ser alterada porque a dinâmica nacional é de tal maneira que queremos resolver um problema, não mais cinquenta anos em cinco anos, mas em um o que seria resolvido em cem. De modo que estou muito satisfeito em ouvir V. Exa.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — O que recuperou o Lloyd não foi propriamente esse problema. O que recuperou o Lloyd foi a política de frete.

Eu tenho dados que, embora não estejam aqui, poderei mandar depois.

Em 1963, ainda na vigência dessa lei, o Lloyd transportava para os Estados Unidos 8% da carga e, no ano passado, com a conferência de fretes em que enfrentamos todas as companhias internacionais, eu posso afirmar que foi uma verdadeira guerra. E que essas companhias internacionais se utilizaram de todos os meios contra nós, desde a infâmia, difamação, calúnia, imprensa, numa campanha séria mesmo. Nós enfrentamos essa luta. Quer dizer, no comércio com os Estados Unidos, insistimos em que a metade deveria caber a nós e a outra metade aos Estados Unidos.

Então, elevamos essa percentagem de 2% no ano passado, a 60%. Quer dizer, isso contribuiu muito para a recuperação do Lloyd.

Acho que essa foi uma medida como o Sr. citou, nacionalista, nativista, em benefício das nossas empresas.

Acredito que esse foi o ponto fundamental que proporcionou essa melhoria ao Lloyd Brasileiro, e estamos interessadíssimos para que o Lloyd continue progredindo cada vez agora. Agora mesmo encomendamos mais 8 navios para o Lloyd Brasileiro, 8 navios de 12 mil toneladas.

Estamos ampliando a frota do Lloyd, porque ele, com os meios que tem, com navios de mais de 20 anos de idade. Quando chegam a um ponto, muitas vezes temos que levar para lá peças para convertê-los. Estamos já construindo para o Lóide, na Guanabara, dois edifícios. Um vamos vender e, com o dinheiro apurado, o

outro ficará de graça praticamente. Estamos envidando todos os esforços para tornar o Lóide uma grande empresa. E temos certeza de que, com a carga que existe, não há necessidade de prioridade, que fica ao livre arbítrio do Lóide decidir se leva ou não. Parece-me que a decisão deveria caber ao Executivo, mas num escalão mais elevado. Já que estamos assegurando a participação das empresas privadas na navegação de longo curso é interessante que o Lóide controle a frotta a navegação e decida quem levará a carga. Nós sabemos, em dado momento, onde estão todos os navios do Lóide. Então, desde que haja carga para ser transportada com certa rapidez e o Lóide tenha possibilidade de levá-la, assim acontecerá. Mas, se não poder, então transfere a carga para outro navio. Quer dizer, não deixar ao livre arbítrio do Lóide esta decisão se leva ou não uma determinada carga.

O SENHOR SENADOR AURÉLIO VIANNA — Sr. Ministro, eu não sei se entendi bem quando V. Exª declarou que, como formulada, esta emenda satisfaria porque, na verdade, quem vai decidir é a Comissão de Marinha Mercante. A questão de prioridade é nata que se evitem — e o Sr. Ministro sabe perfeitamente — certas questões que às vezes surgem. Mas o controle é daquela Companhia.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Há liberdade de decidir se o Lóide deve levar. O que não deve é ficar ao arbítrio do Lóide de decidir por ele, uma vez que ele é parte interessada.

O SENHOR SENADOR AURÉLIO VIANNA — Exato. Então eu farei uma cópia e passarei a V. Exª. Li o escrito e é exatamente isto. E assim fica comprovado que o interesse não é destruir o Lóide. Pelo contrário, esta é uma colaboração que estamos dando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Continua facultada a palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — Querida dizer que S. Exª o Sr. Ministro, com os seus assessores, estudará a emenda proposta pelo Senador Aurélio Vianna, que também se inspirara, por coincidência, nas idéias aqui manifestadas pelo Sr. Senador Carvalho Pinto.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — (Inaudível — fora do microfone.)

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — V. Exª poderia fornecer seu ponto-de-vista ainda hoje porque a matéria está com prazo até quinta-feira. V. Exª, Senador Carvalho Pinto, poderia propor um texto e o Ministro elucidaria as duas matérias propostas.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Conforme as sugestões, a Comissão de Marinha Mercante ficará em condições, sempre que justificasse o interesse público.

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — A regra geral é a prioridade. A Comissão de Marinha Mercante poderia estabelecer a prioridade. Existe controle completo dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Peleator, Senador Carlos Lindenberg.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBENBERG (Relator) — Qual a instituição da Comissão de Marinha Mercante?

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Tem um Presidente e quatro Membros, escolhidos entre elementos de alto nível no setor do problema de navegação.

Existe também um representante do Lóide na Comissão de Marinha Mercante e um representante da Associação Comercial. Está lá o Comandante Mattos Dias que é o elemento conhecedor da navegação. O

Presidente da Comissão de Marinha Mercante e um outro técnico de alto nível, nomeados pelo Presidente da República.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBENBERG — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, perfeitamente esclarecido com os elementos que o Sr. Ministro dos Transportes trouxe à Comissão, eu desejava aproveitar esta oportunidade (porque S. Exª se encontra entre nós) desejava a oportunidade para tratar de um problema não do mar, mas da terra.

Esse problema se refere ao estagnamento no transpôrte do interior do Brasil, que existe no Triângulo Mineiro.

As mercadorias produzidas no Estado de São Paulo, no centro de Minas e no Rio de Janeiro são transportadas para Goiás, Mato Grosso, Território do Acre, etc., através do canal de São Simão. E então, pela ausência da construção de cinquenta quilômetros, esse transporte se vê interrompido anualmente, durante sessenta ou noventa dias.

Eu fui testemunha dos quadros de verdadeira calamidade no transporte nacional.

Cerca de uma centena de caminhões, aguardando oportunidade de ser arrastada pelos veículos do D. N. E. R., em vários trechos dessa Rodovia.

Então, minha sugestão é no sentido de que o Ministério dos Transportes dê uma prioridade absoluta à construção de 50 km da ponte de 365 até o Canal.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — O Canal de São Simão. Já afirmamos que vamos fazer esse estudo, que constitui uma grande aspiração.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Agradeço e vejo que V. Exª está inteiramente em dia com o problema.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — É uma boa notícia para o Triângulo é que, dentro de dois anos, iniciaremos, na 262, entre Uberaba e Belo Horizonte, sete rédes de asfalto. (Muito bem!) Cada firma receberá 50 km para que possam asfaltar essa estrada dentro de um ano. Então, já deveremos iniciar, dentro de dois meses, esse asfaltamento. Além disso, ainda iniciaremos a Araguari-Catalão-Cristalina.

Há essa ordem, que já demais, de serviço, limitada ao Canal de São Simão, e, tem isso, também, levando a 26 2atê Frutal.

Acho que o Triângulo Mineiro vai ficar bem servido.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Eu me permitiria chamar a atenção de V. Exª, como homem público, para a influência econômica que terá o Vale do Paranaíba, dentro de pouco tempo, nos destinos do Brasil, desde Urubupungá — obra iniciada no Governo do nobre Senador Carvalho Pinto — até Itumbiara. Creio, que dentro de mais dez anos serão instalados cerca de dez milhões de quilowatts, e não existe uma estrada asfaltada nem para começar a usina, de cerca de um milhão, quatrocentos e oitenta quilowatts. Essa estrada é muito importante principalmente para o transporte de material para construir a usina. De maneira que quero me congratular com V. Exª pelas providências.

O SR. MINISTRO MÁRIO ANDREAZZA — Já vamos mandar fazer.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Exatamente. Sr. Ministro. Desculpe-me mas cheguei atrasado e estou satisfeito por saber da providência já adotada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. SENADOR EURICO REINDE — Também quero fazer um voto a V. Ex.^a, Sr. Ministro Maria de Azevedo, aproveitando porque a sena de Ministros em Brasília, o muito frequente. Quero ainda, no adiantar o nobre colega aqui do Rio, aproveitar a "ensanchar o caminho" para lutar, dentro do seu patriotismo, dentro do seu espírito de homem público, a necessidade premente de se atacar a estrada João Neiva-Catania, no nosso Estado, no Espírito Santo.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Temos uma lista de prioridades.

O SR. SENADOR EURICO REINDE — Então, já que falamos em prioridades, já que Goiás está muito recordado, como V. Ex.^a demonstrou, é preciso que ataquemos também o Estado do Espírito Santo, visando principalmente a João Neiva-Colatina, que está provocando um ranguimento e se completada essa obra, daremos grande incentivo à sua economia.

De modo que faria um apelo a V. Ex.^a e pediria, também, que o seu estre assessor, de vez em quando, abra-se a V. Ex.^a.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Quando o Presidente teve lá assumiu dois compromissos.

Esprito Santo: a João Neiva-Colatina e a 262. A 262 está quase revista, estamos procurando dar a essas estradas solução específica. Na essa 262, já conseguimos uma solução que assegura o asfaltamento completo, vamos iniciar o asfaltamento entre Uberaba e Belo Horizonte. De Belo Horizonte até Vitória, num trecho em Minas, que é Porto Novo-Rio Casca, que delegamos ao Estado que vai construir. Já temos asfaltamento assegurado mais ou menos até a fronteira do Espírito Santo.

A implantação da 262 dentro do Estado Santo deve estar concluída em vembro deste ano. Agora no dia de abril iremos lá com o Presidente do IBC que está ajudando a financiar essa estrada, dentro do Estado Santo. O ano passado deu 5 bilhões; este ano, já deram 9 bilhões meio para essa estrada, que é uma via de erradicação do café. Nessa visita, no dia 15 ou 16 de abril, veremos também, a João Neiva-Colatina para interessar o ERCA nessa área de Minas para mentar as dotações e ver se, até fim do Governo, o Presidente Costa e Silva cumre o compromisso na João Neiva-Colatina.

Realmente, as dotações orçamentárias não chegaram para tanto. O ano passado conseguimos quase duplicar, e ano, também, já conseguimos do D 35 milhões de dólares, já conseguimos do BIRD 40 milhões de dólares. São aí quase 80 milhões de dólares, com a contrapartida de 160 milhões de dólares, quase 500 milhões cruzzeiros antigos.

Evidentemente, quando recebermos os empréstimos, quando eles se concretizarem haverá necessidade de formulação de orçamentos. Nessa ocasião, vai-se dando o reforço a essas diferentes estradas porque o caminho realmente não atende.

A BR 101 vai marchando para o norte e vamos fazer toda a implantação. Já temos todos os editais.

O SR. SENADOR CARLOS LINENBERG — (Relator) — Agradeço V. Ex.^a, e confesso que vou sair daqui talvez muito mais brasileiro pelas explicações de V. Ex.^a, pela maneira com que V. Ex.^a analisa todos os problemas demonstrando seu conhecimento de todos eles, assim dando maior incremento maior todos os trabalhos de seu Ministério.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Quando tivemos o Seminário no Espírito Santo, V. Ex.^a fez

perguntas sobre dotações que estavam previstas no Orçamento.

Naturalmente que com aquelas dotações não era possível manter aquele programa no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE — Senador Wilson Gonçalves — Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Catao.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, também eu não quero perder a oportunidade, bastante rara, de dialogar um pouco com o nobre Ministro dos Transportes, quando ele aqui se encontra em contato com os representantes desta Casa do Congresso Nacional.

Talvez o Sr. Ministro já esteja quase que adivinhando quais os assuntos que desejo abordar neste instante.

Um dos assuntos que gostaria de abordar é a BR 262, estrada de integração que, juntamente com a BR-101, completa o sistema de BRs no meu Estado de Santa Catarina, e que tem merecido a atenção de V. Ex.^a mas que provocou a uns representantes de Santa Catarina, surpresa pelo fato de que no Orçamento Plurianual não constasse nenhuma verba para o ano próximo.

Mas V. Ex.^a já teve oportunidade de explicar que ali não existe — justamente uma das coisas que eu ia perguntar já foi respondida — quais os recursos externos.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Sr. Senador, V. Ex.^a sabe que a 262 é outro compromisso que o Presidente da República assumiu em Santa Catarina. Logo que assumimos, fizemos uma concordância entre Orleans e Joaçaba, que era o trecho que faltava fazer. Mas como o Governo de Santa Catarina e o povo da região solicitavam a permanência do Batalhão do Exército naquela área, então nós tivemos de suspender a concorrência — porque seria entregue para uma firma empreiteira particular — e entramos em negociação com o Ministério do Exército, para ver a disposição daquele Ministério colocar essa unidade de Engenharia nesse Estado. Essa decisão demorou um pouco, e finalmente, já assinamos o convênio, já foi assinado um convênio e já mandei, inclusive uma carta a V. Ex.^a, com esse convênio e com a correspondência do Ministério dos Transportes ao Ministério do Exército. V. Ex.^a já deve receber, hoje ou amanhã. E mostrando que essa estrada seria delegada ao Exército, mas que lembrávamos ao Ministério do Exército o compromisso do Presidente da República, de fazer a ligação Lagos-São Miguel d'Oeste, e que esse compromisso era de grande interesse do Presidente, etc. etc.

E empregamos as dotações que seriam destinadas à 262, dotações essas que foram apresentadas, com as emendas, pelo Deputado Paulo Macaquin. Com o andamento das obras procuramos recursos adicionais para implementar essa estrada até São Miguel d'Oeste. E pretendíamos abrir uma nova frente em São Miguel d'Oeste, na direção de Lages, a fim de que se pudesse implantar essa estrada ainda neste Governo.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Agradeço muito, Sr. Ministro, por esses esclarecimentos, inclusive a gentileza de me ter enviado por escrito.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — E o convênio e a correspondência para o Ministério da Guerra.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Também tenho convicção plena de que o reinício da obra — é reinício porque foi paralisada em 1962, estava em plano prioritário vai criar uma dinâmica que possibilitará a obtenção de novos recursos, tal a importância, o tráfego que vai surgir com essa providência.

Mas, Sr. Ministro, para aproveitar a oportunidade, gostaria ainda de solicitar alguns esclarecimentos, uma vez

que estou sentindo o esforço enorme que V. Ex.^a está realizando neste setor altamente prioritário de transporte marítimo, que evidentemente, deve ser conjugado com transporte rodoviário e ferroviário para se completar, ainda mais agora com os contêineres, que são essas unidades de carga que permitem baixar muito o custo de transporte. Mas um dos pontos básicos para baixar o custo de transporte marítimo, evidentemente, é o problema de acesso aos portos. Querida V. Ex.^a, me desse alguma pequena notícia sobre o problema da dragagem dos portos que, sei, é objeto de suas preocupações, inclusive de várias providências de parte de V. Ex.^a.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — O problema de dragagem dos portos é, realmente, o nosso ponto crítico.

Não temos dragas, particularmente de alto mar, como também para o interior, ou seja, para dragagem de portos fluviais ou lacustres.

Como é sabido, a encomenda dessas dragas sempre sofre um processo demorado, mas já encomendamos três dragas de alto mar, de maneira que tenhamos em serviço, permanentemente, essa aparelhagem, em todos os portos.

O nosso problema é esse: temos, por exemplo, uma draga fazendo um serviço no Porto de Paranaguá, e de um momento para outro, torna-se necessário o serviço de dragagem no Porto de Mucuri — o deslocamento dessa draga, do Sul para o Norte, envolve problemas seríssimos.

Assim sendo já temos autorização para importação dessas dragas, inclusive uma já está pronta. Essa orientação permitirá um serviço permanente de dragagem dos portos, bem como para a navegação fluvial, e, para esse tipo de navegação, as dragas terão que ser transportadas em caminhões.

Estamos inteiramente atentos ao problema porque, inclusive, o Porto de Belém está necessitando de dragagem porque os navios de 12.000 toneladas já estão roçando no fundo do mar e em outros portos, como Natal, por exemplo, já não está mais sendo possível praticamente, a entrada de navios.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Todo esse esforço no sentido de reaparelhamento dos portos bem como de modernização da frota mercantílica frustrado caso não houvesse a complementação que se traduz na permanente dragagem dos portos.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Particularmente com o reaparelhamento dos portos que estamos fazendo, estaremos contornando, realmente, esse ponto de estrangulamento do desenvolvimento nacional.

Deve-se ressaltar o fato de que a carga geral — caixas, sacas, etc., está caindo. Ninguém manda mais carga geral por navio. O que se quer, agora, é o transporte a granel. Então, estamos desenvolvendo esforços no sentido de ficarmos bem aparelhados para o transporte de carga a granel.

Estamos fazendo os terminais salinares de Areia Branca, Macau; estamos fazendo os terminais de açúcar, em Recife e Maceió; estamos fazendo os terminais para o transporte de cacau, em Ilhéus, aliás, já o começamos; enfim, estamos fazendo terminais recebedores de sal em todos os portos, como os de Paranaguá, Rio Grande, Santos, Rio de Janeiro.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — E no Sul, o de Ibituba.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Estamos construindo silos, em todos esses portos, para o transporte de milho, arroz, enfim, de cereais. Agora em São Paulo, estamos construindo, em Conceiçãozinha, um, com ramal ferroviário.

Nosso objetivo é incrementar muito esse setor e diminuir a permanência dos navios nos portos. Duplicaremos

a nossa capacidade. Um navio, por exemplo, que permanece em Macau, 15 dias, vamos tê-lo lá, um dia apenas.

A capacidade agora, é de 800 toneladas por dia, mas, com as nossas providências, vamos carregar 2.500 toneladas por hora. Assim, sucessivamente, duplicaremos a nossa capacidade de exportação.

Nosso ponto crítico, repito, é o problema dragagem. Um navio, por exemplo, de alta tonelagem, não entra em determinado porto. Está criada a dificuldade. A carga a granel é interessante quando em grande tonelagem.

Estamos acompanhando, com interesse, o andamento das obras. Quando estiverem prontas, teremos esse serviço de dragagem bem organizado, com um atendimento permanente a todos esses portos.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Sr. Presidente, agradeço os esclarecimentos, muito oportunos, que acaba de prestar a nossa Comissão o Sr. Ministro Mario Andreazza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Willson Gonçalves) — Tem a palavra o Sr. Senador Manoel Villaca.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA — Queremos congratular-nos com V. Ex.^a, Sr. Ministro Mario Andreazza, por ter demonstrado a esta Comissão estar inteiramente a par de todos os problemas da sua Pasta, com sua memória extraordinária, porque, realmente, é impressionante como os pormenores são lembrados por V. Ex.^a.

Mas, eu gostaria de perguntar a V. Ex.^a, a respeito de notícia que li em jornais, há algum tempo, acerca de um estudo sobre pedágio. Não concebo como um país pobre como o nosso, com uma população mais rural que urbana, que tem um veículo para 60 ou 70 habitantes, quando na América do Norte há um veículo para 3 habitantes, e lá se cobra pedágio sobre túneis, pontes etc., e aqui não se paga nada. Lá cobram pedágio até para se embarcar de avião. Aqui não. Somente para ir de Washington a Nova Iorque paga-se seis dólares de pedágio para pontes, estradas recentemente construídas, túneis, trevos etc. No Brasil não se paga pedágio e o Governo é obrigado, com seus próprios recursos, a financiar a construção e manutenção de estradas. Pergunto a V. Ex.^a, se o Ministério está estudando o assunto.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Vamos iniciar a cobrança. Os estudos estão quase prontos, mas não pode o pedágio ser cobrado em todas as estradas. Temos a Via Dutra, por exemplo. É difícil pensar em pedágio porque existem milhares de localidades ao longo da estrada e é quase impossível a cobrança. Mas, para a Rio-Santos, que é uma estrada de opção, poderemos criar o pedágio. Quem não quiser pagar o pedágio, vai pela Via Dutra. Nas pontes vamos iniciar a cobrança do pedágio. No trecho de São Paulo para o Sul, para Curitiba, é possível tecnicamente cobrar o pedágio. Na realidade, uma das grandes distorções do nosso transporte é que se gasta muito na construção de rodovias e a manutenção é o Governo que paga. E o usuário não retribui à altura essa despesa. Tal-a-se muito em déficit ferroviário. Este existe, sim, mas tudo na Rede Ferroviária Federal é contabilizado: manutenção das linhas, construção, indenização de acidentes. Ao passo que no sistema rodoviário o usuário tem um encargo muito pequeno. Achaamos que uma das grandes distorções é esta de o usuário não contribuir para a manutenção e a conservação do sistema rodoviário nacional. Por isso estamos pensando em cobrar pedágio. Mas é claro que a medida só poderá ser adotada após

os estudos técnicos necessários a fim de que a despesa não seja maior do que aquilo que se arrecade. A construção da ponte Rio-Niterói vai ser iniciada agora. Será uma obra auto-financeável.

Da mesma maneira, cogitamos estabelecer uma nova modalidade para a estrada Rio-Santos. Temos duas firmas estudando essa nova modalidade. A ideia é transformar a estrada numa espécie de empresa comercial a fim de que as concessões para postos, restaurantes as desapropriações de determinadas áreas fiquem a nosso cargo, e com a cobrança de pedágio essa estrada seria auto-financeável.

Estamos pensando seriamente nesse problema de pedágio.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Ministro, não venho fazer indagação a V. Ex^a. É a primeira oportunidade que tenho de conhecê-lo e, com grande prazer, por se tratar de seu comparecimento aqui nesta Casa, o Senado Federal, onde os problemas econômicos, os problemas gerais, de interesse público do País têm sido tratados sem discriminações partidárias.

Quando se trata de problemas nacionais, de interesse do País e do povo, o Senado não tem política.

V. Ex^a está ouvindo a palavra de um opositorista e, neste instante, permite que eu diga, sem interesse de ferir a sua modestia, natural com que se esta se trata de elogio. Sou da região Sudeste, sou representante da Paraíba.

O problema rodoviário, Sr. Ministro, tem na pessoa de V. Ex^a, na atividade que V. Ex^a está desempenhando em todo o País um cuidado especialíssimo. É o problema dos transportes, da circulação das mercadorias, indispensável, sobretudo, a quem o Presidente da República proclama que vai cuidar com intensidade do desenvolvimento econômico do País. Não há possibilidade de desenvolvimento econômico do País. Não há possibilidade de desenvolvimento sem rodovias.

Mas, quero manifestar minha alegria e meu entusiasmo pela atuação de V. Ex^a no setor rodoviário, sobretudo, porque sou testemunha do que vem fazendo no meu Estado, a Paraíba. Conheço as rodovias do Nordeste e senti as deficiências e, vamos dizer, as irregularidades praticadas em administrações anteriores. Mas não vamos assinalar quais são, nem adiantar para o caso. Mas quem conhece o processo adotado nestes serviços em situações anteriores, não deixa de sentir o entusiasmo, o desafio o patriotismo pelo que está vendo agora. As rodovias antigas tinham caráter deplorável. Havia interesse pessoal, a ambição de lucro. As estradas eram mal compactadas. Alguns trechos eram pavimentados mas com espessura insignificante de uma folha de papel e cediam ao peso do tráfego de caminhões e automóveis, apesar de terem sido entregues como perfeitas e acabadas. E recebiam o dinheiro como se tudo estivesse normal. Assim, continuávamos sem estradas, sem rodovias de caráter definitivo. Há pouco tempo estive na Paraíba e examinei, pessoalmente, a rodovia que se está fazendo, cortando ao meio o meu Estado — a rodovia João Pessoa — Cajazeiras. Embora não esteja iniciada a João Pessoa — Campina Grande — mas já foi iniciada a Campina Grande — Cajazeiras, estrada de importância substancial para a região e para o nosso País. Esses trabalhos estão sendo executados com perfeição técnica, e não só a parelha mecânica que ali se usa, fornecida pela firma Camargo Correia, é de entusiasmar todo ho-

mem que desce pelas periferias na administração pública. A estrada é uma perfeição. As paradas são de um posicionamento de congratulação com V. Ex^a. Há um interesse que torna o sistema rodoviário nacional, e em andamento, de muito estado. Sei que há pouco tempo havia uma estrada que vai para todo o Brasil, mas me manifestei sobre esta que vi. V. Ex^a está me mostrando o caminho certo.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Muito obrigado.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Há poucos dias, em Aracaju, V. Ex^a curtiu a exposição do Diretor do D.N.T.R. sobre o andamento das obras em Sergipe. Realmente, estão marchando dentro do prazo e com rapidez, e chegará a estrada, dentro em pouco, a Aracaju.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Quanto à ponte Propriá-Cajazeira, para a sua construção, foi feita concorrência dentro de um projeto em que havia duas vias: uma parte para estrada de ferro; e outra, para rodovia. Foi feita a concorrência. Mas, depois, verificamos que a frequência de trem ali ainda não é grande. Resolveremos modificar, fazer uma ponte rodoviária com duas pistas, porque interrompo por dia, para o sistema rodoviário, seria de cerca de dois minutos, o que nada representaria. Daqui a cinco anos perderíamos 10 minutos por dia. Então, abrimos nova concorrência. Possa afirmar, com grande satisfação, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que nos cedeu o empréstimo de 35 milhões de dólares, incluiu o financiamento, 1962, da ponte Propriá-Cajazeira. Com a abertura da nova concorrência, pretendemos iniciar a construção da ponte dentro de 3 meses.

O trecho da Bahia está progredindo, de Espinosa estamos chegando a Aracaju. Tudo vai bem.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Tive oportunidade de passar por esse trecho.

Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Wilson Gonçalves) — Continua facultada a palavra.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Sr. Presidente, só desejava focalizar o que temos construído em navios.

No momento estamos construindo 24 cargueiros de 12 mil toneladas; 3 cargueiros de 12.750 toneladas; 4 cargueiros de 6.630 toneladas; 4 frigoríficos de 4.300 toneladas; 3 graneleiros de 18 mil toneladas e 2 graneleiros de 23 mil toneladas, com o total de 500 mil toneladas.

Além disso, nós estamos construindo para os nossos rios, para navegação de cabotagem — antes eu dizia em relação à navegação de longo curso — oito cargueiros de 3 mil toneladas, 11 cargueiros de 5.100 toneladas. Ainda, estamos construindo para a nossa indústria naval, para nossos rios, como o Rio São Francisco 6 rebocadores e empurradores com 8 chapas, parafuso um total de seis mil toneladas.

Há poucos dias estivemos em Pirapora lançando um desses rebocadores-empurradores que elevaram 100 chapas de uma só vez. Esses empurradores levam numa viagem, 2 mil toneladas, com uma guarnição de 18 homens e fazem o percurso de Pirapora e Juazeiro em quatro dias. Os barcos que lá estão fazendo, agora, são levados por 70 toneladas e uma população de 50 homens e levam 18 dias para fazer o trajeto.

De maneira que é uma nova imagem, o Rio São Francisco. A gente seguindo aquelas rebocadoras modernas, pintadinhos de branco, todos eles com caractere toda população com uma cama, com colchão de mola com roupa limpa, lavada, porque antigamente, naqueles navios dormia-se

em cima de carne de baf^a, em cima do charque, da carne seca. E agora é uma coisa completamente diferente. Nós estamos fazendo isso em São Francisco e vamos com certeza também, o nosso tipo de embarcação para levar gado na Bahia do Prata, da mesma maneira.

Com isso damos um desenvolvimento muito grande à nossa indústria naval. Ela está completamente equipada, não tem mais possibilidade de receber carga, inclusive rejeita carga da indústria de Guapira. E o que quer construir navios, lá, não pode mais fazer porque ela não tem mais possibilidade de construir navios.

De maneira que o programa é grande e estamos nesta parte de navegação, muito bem; na parte de rodovias também muito bem; na parte de portos também muito bem, e na parte de ferroviárias, não vamos bem. E não vamos bem porque, realmente, é problema muito difícil e foi exigido a regulação plano desde 1931 ninguém fez mais nada em estrada de ferro, tudo foi ficando velho, e coisa velha cada vez vai ficando mais caro. Não há remodelação não há reequipamento. De maneira que estamos adotando uma política de reduzir a expansão do sistema e um mínimo e tratar de melhorar o que aí está, para ver se conseguimos maior produtividade e rentabilidade. E mesmo modificando completamente esse nosso sistema ferroviário.

Vamos, inclusive, entregar a uma firma particular, para realizar esta reestruturação do sistema ferroviário, porque normalmente, os engenheiros são muito capazes mas não realizam, exatamente, o que devem. E pretendemos realizar alguns investimentos, desde que consigamos um fundo para o sistema ferroviário. Porque a Rede Ferroviária Federal não é mais problema do Ministério dos Transportes; é um problema de governo.

É necessário investimento. Sem investimento, não se conserta isso porque está tudo velho, estragado. Há determinadas linhas que tem cinco, seis descarrilamentos por dia.

Estamos estudando uma maneira de ter um fundo permanente para recuperarmos o sistema ferroviário, porque nos faz muita falta na reestruturação de integração do transporte. Sem o sistema ferroviário, não é possível realizar a integração do transporte.

Nesse setor, estamos agora já equacionando os outros problemas, rodoviários, portuários, de navegação fluvial de cabotagem de longo curso etc., e vamos agora nos concentrar, nestes três anos que faltam, no sistema rodoviário, para encontrar uma solução que venha a resolver os nossos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Sr. Senadores. Sr. Ministro Mário Andreazza, na qualidade de Presidente da Comissão de Projetos do Executivo desejo, em nome da comissão, agradecer a V. Ex^a o seu comparecimento a esta reunião e salientar o meu entusiasmo, a minha satisfação pela ocorrência.

A presença de V. Ex^a, esta Comissão, a meu ver, foi da mais alta significação democrática e posso dizer mesmo patriótica. De um lado, viu V. Ex^a o alto interesse dos membros da Comissão de Projetos do Executivo no exame da mensagem enviada à sua consideração, em que o problema foi examinado sem preocupação de ordem partidária e sim exclusivamente no sentido do interesse nacional. De outro lado, os membros da Comissão tiveram oportunidade de ver como V. Ex^a, Ministro dos Transportes, também está inteiramente a par do problema de sua pasta e demonstrou uma integração perfeita em todos esses problemas, não só os que dizem respeito propriamente ao assunto da mensagem mas a todos os problemas foca-

lizados aqui pelos Srs. Senadores.

Penso, portanto, que o acolhimento de V. Ex^a, ao meu convite, em nome da Comissão, foi da mais alta conveniência, do mais alto proveito, porque estabelecendo, na prática, aqueles princípios de independência e harmonia dos Poderes permitiu esse diálogo de que, escuto certo, todos nós estamos satisfeitos, com os plenos esclarecimentos que V. Ex^a, prestou e, acima de tudo, com o esforço e dedicação com que V. Ex^a, está dirigindo essa importante Pasta da Nação.

Em nome da Comissão desejamos agradecer a V. Ex^a, e formular votos para que sua Pasta continue nesta linha pela grandeza da Pátria. Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos).

QUINTA REUNIÃO, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1963

As dez horas do dia vinte e oito do mês de março de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente, José Feliciano, Carlos Lindenberg, José Ernirio, Paulo Torres, Eurico Rezende, Carvalho Pinto, Mem de Sá e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal.

Devolvem de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Paulo Saracate.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Dos projetos constantes da pauta são relatados os seguintes:

Pelo Senador Carlos Lindenberg:

Parecer favorável, nos termos de substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1968, que revoga o § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21 de novembro de 1956, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculados aos serviços de navegação e de reparos navais explorados pelo Lloyd Brasileiro - Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira - Autarquia Federal, extingue estas autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" S.A. e dá outras providências.

Pelo Senador Carvalho Pinto:

Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 30, de 1968, que dispõe sobre a petição para a classificação de inabitabilidade e periculosidade.

Pelo Senador José Ernirio:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 que modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Pelo Senador Mário Martins:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968 que reclassifica no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Pelo Senador Eurico Rezende:

Parecer favorável ao Projeto e contrários às duas emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1968, que autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e garantir empréstimo externo para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda e dá outras providências.

Na votação do parecer, a emenda nº 2, de autoria do nobre Senador Carvalho Pinto é aprovada pela Comissão.

Quanto aos outros pareceres a Comissão aprova-os integralmente, sem discussão.

A seguir o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Carlos Lindenberg para assumir a presidência e relata favoravelmente o Projeto de

da Câmara nº 20, de 1938, que altera o § 2º do art. 26 da Lei número 239, de 27 de junho de 1933, que prova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Avelanti Melo Junior, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO REALIZADA AOS 5 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE VITR (*)

INSTALAÇÃO

As dezessete horas do dia cinco do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito.

(*) Ata que se republica por ter sido com incorreções no Diário do Congresso Nacional (Seção II) (Suplemento), de sexta-feira, 8 de março de 1968.

tos e apresenta e cito, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, para, dando cumprimento ao disposto no artigo 81 do Regimento Interno, instalar os seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Integram a Comissão de Redação os seguintes Senhores Senadores, conforme indicação dos respectivos partidos:

Como titulares:

Senador José Feliciano — ARENA.
Senador Leandro Maciel — ARENA.
Senador Antônio Carlos — ARENA.

Senador Nogueira da Gama — MDB.

Senador Lobão da Silveira — ARENA.

Como Suplentes:

Senador Mena de Sá — ARENA.
Senador Filinto Murtinho — ARENA.
Senador Duarte Filho — ARENA.
Senador Clodomir Milet — ARENA.
Senador Edmundo Levi — MDB.

Acham-se presentes os Senhores Senadores José Feliciano, Leandro Maciel, Nogueira da Gama, Duarte Filho e Clodomir Milet.

Assume a Presidência dos trabalhos o Sr. Senador Nogueira da Gama na forma do § 3º do art. 81 do Regimento Interno.

Distribuídas as sobrecartas entre os presentes, dá-se início à votação e a apuração dos votos, verificando-se o seguinte resultado:

Para Presidência:

Senador José Feliciano — 4 votos.
Senador Nogueira da Gama — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Leandro Maciel — 4 votos.

Senador Antônio Carlos — 1 voto.
Consultado os interesses dos membros presentes, delibera-se que as reuniões ordinárias da Comissão se realizarão às quintas-feiras à tarde.

O Sr. Presidente designa a funcionária Beatriz Brandão Guerra, Auxiliar Legislativo PL-10, para funcionar como Secretária da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. — José Feliciano, Presidente. — Leandro Maciel, Vice-Presidente. — Clodomir Milet. — Duarte Filho. — Nogueira da Gama.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermirio
 Mário Martins

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

José Ermirio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

Avaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brancão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Mele Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA**SUPLENTE**

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo TorresJosé Guimard
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Adalberto Senna
Antônio Balbino
José ErmirioArthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrabãoSecretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sa
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio LeiteLobão da Silveira
José Guimard
Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torre**MDB**Oscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaArgemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmirioSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio VilelaJúlio Leite
José Cândido
Arnon de Melo
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Ruy Carneiro
Bezerra NetoAntônio Balbino
Nogueira da GamaReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Petronio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Petronio Portela
Domício Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio LeiteCelso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**João Abrahão
Argemiro de FigueiredoArthur Virgílio
Josaphat MarinhoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos LindenbergJosé Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Benedicto Valladares
Tectonio Vilela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmirioSebastião Archer
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Melo
Duarte Filho
Menezes PimentelTectonio Vilela
José Leite
Domício Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho PintoJosé Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio
Aurélio Vianna
Lobão da SilveiraAntônio Balbino
Arthur Virgílio
Edmundo LevySecretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****SUPLENTE****TITULARES**
José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da SilveiraFilinto Müller
Mem de Sa
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedito Valladares
Filinto Müller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
Mem de Sa
Ney Braga
Milton Campos
Moua Andrade
Fernando de
Arnon de Mello
José Cândido

SUPLENTE

Wilson Gonçalves
José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrino Fortela
José Leite
Teotônio Villela
Mello Braga
José Feliciano
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz
Mário Martins
Aurélio Viana
Oscar Passos

Bezerra Neto
João Abrahão
Josaphat Marinho
Antônio Balbino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga
Clodomir Millet

SUPLENTE

Júlio Leite
Milton Trindade
Ney Braga
José Cândido
Lobão da Silveira

MDB

Adalberto Senna
Sebastião Archer

Nogueira da Gama
Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tórres
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Paulo Tórres
José Guimard
Lobão da Silveira
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Filinto Müller
Atílio Fontana
Domício Gondim
Manoel Villaga
Melo Braga

MDB

Oscar Passos
Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
Sebastião Archer

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Tórres
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Menezes Pimentel
Celso Ramos
Petronio Portela
Landro Maciel

MDB

Ruy Carneiro
João Abrahão

Adalberto Senna
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA**TITULARES**

José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Domício Gondim
João Cleofas

SUPLENTE

Paulo Tórres
Atílio Fontana
Eurico Rezende
José Guimard
Carlos Lindenberg

MDB

Sebastião Archer
Pessoa de Queiroz

Mário Martins
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia
Milton Trindade

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga

MDB

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Senna
Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.